

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

LARISSA RAMOS DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DE KAREN HORNEY NOS ENLACES ENTRE PSICANÁLISE,
GÊNERO E FEMINISMOS

Porto Alegre, 2021

LARISSA RAMOS DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DE KAREN HORNEY NOS ENLACES ENTRE PSICANÁLISE,
GÊNERO E FEMINISMOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para fins de obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Andrea Gabriela Ferrari

Porto Alegre, 2021

Nome: Larissa Ramos da Silva

Título: Contribuições de Karen Horney nos enlaces entre psicanálise, gênero e feminismos

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para fins de obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico

Instituição: UFRGS

Assinatura _____

Prof. Dr. Pedro Eduardo Silva Ambra

Instituição PUC/SP

Assinatura _____

Prof. Dr. Renata Udler Cromberg

Instituição PUC/SP

Assinatura _____

Agradecimentos

Nunca foi tão relevante expressar publicamente a gratidão pelas diversas pessoas que me ajudaram a construir a trajetória que me trouxe até aqui. Escrevi esta dissertação, em grande parte, isolada em casa, em meio ao caos político e social de uma pandemia devastadora, que deixou famílias enlutadas, sobreviventes sofrendo de sequelas, milhares passando fome e desempregados e, até o momento, mais de meio milhão de mortos. Um verdadeiro reflexo dos absurdos que vivemos sob o governo atual.

É verdade que a possibilidade de manter o isolamento social por tanto tempo, no Brasil, é um grande privilégio. Por outro lado, escrever uma dissertação de mestrado já é uma tarefa, por si só, desafiadora, mas nesse contexto poderia ser enlouquecedor, como para Jack no filme *O Iluminado*, que acreditava que o isolamento quase total seria terreno fértil para a escrita e acabou experimentando os desbordes da loucura e conseguindo escrever apenas, repetidamente: *all work and no play makes Jack a dull boy* (em tradução livre: só trabalho e nenhuma diversão fazem de Jack um menino chato). Em muitos momentos me vi, também, andando em círculos com a solidão de uma escrita que só pôde avançar pela companhia de muitas/os. Por isso, neste momento, mais do que em outros, foi essencial contar com o apoio de tantos e tantas, aos quais ofereço meus sinceros agradecimentos:

À professora Andrea, minha orientadora, que sustentou comigo este trabalho de maneira tão precisa e, na verdade, tão clínica. Não apenas me orientou na pesquisa e na escrita, mas ofereceu sustentação e amparo nos momentos de angústia que esses caminhos suscitam. Estendo esse agradecimento à professora Milena e a todo o grupo de pesquisa do NEPIs.

Aos meus pais, Cezar e Vanderli, que sempre incentivaram os estudos e dedicaram o esforço de uma vida toda para proporcionar à minha irmã e a mim a possibilidade de fazer uma graduação e, depois, um Mestrado, algo que não puderam fazer quando começaram suas vidas profissionais. Obrigada pelo cuidado, pela educação, pelos ensinamentos, pelo apoio, por tudo.

À Vanessa, minha irmã, primeira Mestre da família, parceria de vida e verdadeira amiga: obrigada por estar junto comigo desde os primeiros dias da minha vida e pela companhia de sempre.

Também agradeço a meus dindos, Luciana e João Batista, que sempre torcem por mim e seguem presentes, mesmo quando longe.

Aos meus avós, Leontina, Arno, João e Leci, que cada um a seu jeito me ensinou tanto, principalmente em relação àquilo que extrapola o conhecimento acadêmico: tocar

violão, conhecer os chás ideais para cada coisa, cozinhar, lavar roupa, escutar, ter paciência, ética... tanto. Em suma: à toda minha família agradeço por me dar as mãos, cada um da sua maneira e dentro da sua possibilidade, na minha caminhada de vida.

À amiga Thais O., parceira de tudo: pesquisa, clínica, comes, bebes, plantas, viola, vinho, vida! Te agradeço por tudo. Muito da minha vida de pesquisadora e clínica se cria na interlocução contigo.

À amiga Eduarda, colega de mestrado com quem as trocas sobre esse tempo de pesquisa foram fundamentais para seguir com leveza e parceria. Com certeza esse mestrado teria sido outra coisa sem ti.

E estendo às amigas e amigos: Luiza, Maria, Laura, Jaime, Ana, Thais E., Lia, Vera, Caio (mais amigo que primo) e a todas as outras amizades que fazem dos dias mais leves!

Ao Jefferson, que tem sido parceiro tão importante nesses dias pandêmicos, compartilhando do peso e da leveza. Agradeço pelo carinho, cuidado, presença, por estar junto.

Agradeço ainda às alunas e alunos que se interessaram e participaram dos dois cursos de extensão chamados “Leituras de Karen Horney” que tive o prazer de ministrar ao longo do mestrado para a divulgação de meus achados sobre a obra dessa importante autora. As trocas nesses espaços me ajudaram a elaborar diversos elementos desta pesquisa e foram, de certa forma, motor da escrita.

A todas e todos - professores, colegas, conhecidos, autores, autoras... - que cruzaram os caminhos desta dissertação, direta ou indiretamente, me ajudando a pensar, bater cabeça, pesquisar, escrever: obrigada!

Resumo

Karen Horney foi uma médica e psicanalista alemã pioneira na psicanálise. Nas décadas de 1920 e 1930, produziu muitas críticas consideradas feministas à psicanálise de sua época, embora ela própria não se intitulasse feminista. A partir de sua experiência clínica, de encontros com outros campos, como a sociologia, e de sua implicação enquanto analista mulher, teceu diversas propostas envolvendo os conceitos de diferença sexual e feminilidade, como o questionamento da inveja do pênis, a afirmação de que a cultura tem papel importante na constituição do que era considerado feminilidade e o apontamento de que a psicanálise estava profundamente atravessada por preconceitos sociais que atrapalhavam sua teorização e clínica. O objetivo da presente dissertação de mestrado foi investigar como as discussões sobre diferença sexual e feminilidade aparecem na obra de Karen Horney, com o intuito de resgatar suas contribuições e relacioná-las a questões importantes sobre essa temática hoje. Cabe ressaltar que aqui tratamos de diferença sexual e feminilidade especificamente, pois na obra da autora não há menção ao conceito de gênero, criado apenas posteriormente. Contudo, esses conceitos se enlaçam e são fundamentais para pensar as discussões sobre psicanálise e gênero hoje. Nossa leitura foi guiada pelos conceitos de destruição e devir como operadores metodológicos, a partir da obra de outra pioneira da psicanálise, Sabina Spielrein. Tais operadores orientaram a leitura no sentido de evidenciar os movimentos de crítica e criação de Horney, que pressupõem o abandono de algumas premissas da psicanálise. Assim, destruição e devir se mostraram como duas facetas de um mesmo processo de criação e transformação na obra da autora. A escrita foi dividida em três capítulos. O primeiro tem ênfase nas críticas de Horney sobre o referencial masculino na psicanálise e suas próprias proposições sobre feminilidade. O segundo tem enfoque no lugar da cultura na obra de Horney no que tange à diferença sexual e à feminilidade. O terceiro traz algumas elucubrações sobre pistas metodológicas que podem ser apreendidas da leitura de Horney e nos auxiliam a abordar os enlaces entre psicanálise, feminismos e gênero ainda hoje. Conclui-se que Horney foi uma autora que aportou contribuições relevantes à psicanálise, que ainda hoje podem ser ferramentas potentes, principalmente para pensar os entrecruzamentos desse campo com feminismos e estudos de gênero. Ressalta-se, ademais, que embora seja pouco estudada no Brasil, a autora contribui para discussões que crescem exponencialmente na psicanálise do país nesse âmbito.

Palavras-chave: Psicanálise; Feminismos; Karen Horney.

Abstract

Karen Horney was a German doctor and pioneer psychoanalyst. In the 1920s and 30s, she made critiques to Psychoanalysis which could be considered to be feminist, although she never called herself that. Through her clinical experience, dialogue with other fields, such as Sociology, and her implication as a female analyst, she built propositions regarding the concepts of sexual difference and femininity, like the questioning of the penis envy, the role of culture in the constitution of what was considered to be femininity and pointing out that Psychoanalysis was deeply permeated by social prejudices that got in the way of its theory and clinic. The aim of this research was to investigate the discussions upon sexual difference and femininity in Karen Horney's work, in order to recover her contributions and relate them to important discussions on this theme today. It is important to highlight that we work with sexual difference and femininity specifically because in the author's work there is no mention of the concept of gender, created posteriorly. However, these concepts are entwined and are essential to the discussions on Psychoanalysis and gender until now. Our reading was guided by the concepts of destruction and coming into being as methodological tools, through the work of another psychoanalytic pioneer, Sabina Spielrein. These tools oriented our reading in the sense of pointing out the movements of critique and creation on Horney's work, which presupposes the abandonment of some psychoanalytical premises. Therefore, destruction and coming into being are two facets of the same creation and transformation process in the author's work. The writing was divided into three chapters. The first one emphasises Horney's critiques of the male reference in Psychoanalysis and her own propositions on femininity. The second one focuses on the place of culture in Horney's work regarding sexual difference and femininity. The third one brings out some considerations on methodological indications which could be deduced from our reading of Horney and can help us to approach the interlacements between Psychoanalysis, Feminisms and gender until today. We conclude that Horney made relevant contributions to Psychoanalysis that can still be powerful tools, specially for reflections in the intersections between this field and Feminist and Gender Studies. We also highlight that, even though she is little studied in Brazil, the author contributes to discussions that are growing exponentially in this scope in the country.

Keywords: Psychoanalysis; Feminisms; Karen Horney.

SUMÁRIO

Preâmbulo.....	8
1. Introdução.....	13
1.1. Histórias importadas no contexto acadêmico.....	13
1.2. Histórias importam: retomando produções de mulheres na psicanálise	22
1.3. Breve introdução sobre a vida e obra de Karen Horney.....	26
2. Método.....	33
2.1. Reflexões metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise.....	33
2.2. Contribuições metodológicas de estudos feministas.....	35
2.3. Destruição e devir como operadores metodológicos.....	38
2.4. Costuras.....	41
3. Feminilidade específica.....	42
3.1. A crítica de Horney ao referencial masculino.....	43
3.2. A feminilidade para além da inveja do pênis.....	50
4. Culturalismo.....	55
4.1. Diferenças entre a abordagem de Freud e Horney sobre a cultura.....	55
4.2. O lugar da cultura em Horney.....	58
4.3. Cultura, diferença sexual e feminilidade.....	62
4.3.1. O lugar da mulher na cultura europeia patriarcal.....	64
5. Pistas metodológicas e reflexões epistemológicas a partir dos escritos de Karen Horney.....	68
5.1. O lugar do agente da produção do conhecimento e a ausência de neutralidade.....	70
5.2. A necessidade de recorrer a outros campos do conhecimento.....	74
5.3. As especificidades culturais: o saber parte de algum lugar.....	76
6. Considerações finais.....	79
7. Referências.....	84

PREÂMBULO

Peço licença para um breve relato mais fluido, não tão tradicionalmente acadêmico, mas de extrema importância para situar os caminhos que me levaram ao problema de pesquisa a ser posto em trabalho nesta dissertação. Como um trabalho de pesquisa psicanalítica, a implicação enquanto sujeito na minha questão de pesquisa é a mola fundamental para o processo de pesquisa. Sendo assim, nomeio aqui como preâmbulo essa seção para relatar os traçados de um caminho no pesquisar e de constituição de uma pesquisadora, para que possa situar o terreno do qual parto para a produção desta dissertação de mestrado.

Enquanto acadêmica no curso de graduação de Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, logo me interessei por Psicanálise. Embora me encantasse com algumas teorizações propostas nesse campo, sempre me inquietou entrar em contato com formulações sobre diferença sexual e feminilidade. Alguns conceitos batiam mal no ouvido, não faziam sentido com outros estudos e com a minha própria experiência... inveja do pênis, complexo de masculinidade, superego frágil das mulheres, gozo feminino, não-toda fálica, A Mulher não existe: por mais que tudo isso pudesse ter uma “coerência” teórica, tendo em vista que os conceitos se enlaçam entre si em uma lógica interna das teorias, o que isso está dizendo, de fato? Por quê, na Psicanálise transmitida na Universidade, tudo isso era trazido de forma tão naturalizada, investindo na conciliação de leituras mais contemporâneas com conceitos freudolacanianos, fazendo com que parecessem outra coisa? Ou seja, para que parecesse que esses autores não quiseram dizer o que disseram... E por que não tínhamos acesso a outras leituras psicanalíticas sobre essas temáticas, que não se fundamentassem apenas nesses “cânones”?

As inquietações seguiram ao longo de vários textos, aulas, atendimentos, supervisões, eventos. Em certo evento em um instituto de Psicanálise, na fala de uma psicanalista mais antiga, famosa, fiquei espantada com até onde essa conceitualização toda poderia chegar. Ela dizia para as mulheres que a escutavam, incluindo a mim, que lembrassem de olhar embevecidas aos maridos, que deveriam se colocar na posição de objeto causa do desejo nas relações amorosas, que poderiam ser sujeitos em outros campos, no trabalho, mas na relação erótica e amorosa esse era seu lugar, se não quisessem ser trocadas por secretárias novinhas. Essas falas são absurdas em tantos níveis que nem vale comentar, mas para coroar fui presenteadas, como as demais ouvintes, com um ímã de geladeira com as fórmulas da sexualização lacanianas. Esse objeto encerra em si tantas significações dos efeitos que a normatividade em Psicanálise pode ter, que nem necessita mais palavras.

Do meio para o fim da graduação, a estudante de Psicologia viu o anúncio de uma disciplina nomeada “Feminilidade”, oferecida pelo querido professor Amadeu Weinmann e duas mestradas por ele orientadas à época, Samantha Antoniazzi e Camila Terra da Rosa. Entrei na disciplina pensando que esse conceito - feminilidade - seria abordado por diferentes autores da Psicanálise, para que pudéssemos formar uma leitura sobre o quê, afinal, circunscreve. Isso aconteceu, de fato; mas inesperadamente fui levada por um trajeto por diferentes *autoras* da Psicanálise, mulheres pioneiras que escreveram sobre feminilidade desde os primórdios, provavelmente por conta da dissertação de uma das mestradas, Camila Terra da Rosa¹, que estudava as pioneiras da psicanálise. Ali, talvez sem querer e sem que eu soubesse ainda, apontou-se uma direção para minha pesquisa com suas inquietações: muitas autoras escreveram sobre a mulher e a feminilidade, o que quer que estes conceitos signifiquem, eu apenas não as conhecia. Por que não as conhecia?

Nesse momento, conheci Karen Horney. A disciplina trabalhou apenas dois textos de uma coletânea intitulada *Psicologia Feminina*, que reúne textos da autora do período de 1922 e 1937. Os textos em questão eram *Sobre a gênese do complexo de castração nas mulheres* (Horney, 1923/1991) e *A fuga da feminilidade* (Horney, 1926/1991). Esse último foi o que me impactou e me instigou a investigar mais sobre essa autora. Nele, encontrei ecos para as perguntas que me fazia naquele momento enquanto estudante de Psicologia, mesmo sendo um texto de 90 anos antes. A forma clara, objetiva e audaciosa com a qual a autora desbravava discussões então novas para a Psicanálise da época me tocou, e fiz uma verdadeira jornada atrás de suas obras. Apesar de muitas delas serem encontradas sem tantos entraves em sebos, por valores razoavelmente acessíveis, a obra *Psicologia Feminina* era quase inacessível. Quando finalmente tive acesso a ela e li cada vez mais o conteúdo dos seus textos, decidi fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação comparando as leituras dela sobre feminilidade com as de Freud, para pensar as diferentes produções desses autores contemporâneos entre si, ambos médicos e brancos, europeus, um homem e uma mulher.

Pulando alguns anos, já no mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura, as inquietações se seguiram. Um dia, matando tempo no Instituto de Psicologia, tropecei numa dessas - inquietantes - descobertas acidentais. A chuva forte me impedia de sair, não tinha levado guarda-chuva, então fui à biblioteca ver se algum novo volume de Karen Horney poderia estar disponível. Em especial, buscava pelo livro *Psicologia Feminina*, difícilimo de

¹ Um dos artigos provenientes dessa dissertação é o de Rosa & Weinmann (2020), chamado *A sexualidade feminina em escritos das pioneiras da psicanálise*, que será posteriormente citado ao longo do trabalho.

encontrar, ausente nas bibliotecas da UFRGS e nas livrarias - mesmo já tendo acesso a ele de outras formas, ficava curiosa sobre sua ausência na biblioteca da Universidade. Passando pelos corredores, algo começou a me saltar aos olhos: mais de uma prateleira intitulada “Mulheres”.

Comecei a vasculhar todos os corredores, então, e encontrei três prateleiras, em diferentes seções, chamadas “Mulheres” e duas chamadas “Homossexualidade”. Elas não indicavam a autoria de mulheres ou pessoas homossexuais, mas livros cujo objeto de estudo seriam, justamente, “mulheres” e “homossexualidade”. Mas não haviam prateleiras chamadas “Homens” ou “Heterossexualidade”. Lembrei-me do trecho de *Um quarto só seu*, de Virginia Woolf (1929/2019), onde a personagem semi-fictícia para por cinco minutos, assombrada, no Museu Britânico, e se pergunta: “Vocês fazem ideia de quantos livros sobre mulheres são escritos ao longo de um ano? Vocês fazem ideia de quantos são escritos por homens? Vocês sabem que somos, talvez, o animal mais discutido do universo?” (p. 37).

Noventa anos depois, no Instituto de Psicologia, me deparei com uma cena semelhante. Ali, na minha frente, estava materializada a normatividade que atravessa o saber ocidental, dentro da biblioteca que serve de referência para os estudos da comunidade daquele instituto, dentro da Universidade na qual tenho feito toda minha formação acadêmica. Pouco tempo depois disso, entrei em contato com uma fala de Preciado (2019) que caiu como uma luva para pensar essa cena, notadamente no trecho:

Vocês organizam um encontro para falar das “mulheres na psicanálise” em 2019 como se nós ainda estivéssemos em 1917 [*burburinho*], e como se esse tipo particular de animal — que vocês chamam, de forma condescendente e naturalizada, de “mulher” — ainda não tivesse um reconhecimento pleno enquanto sujeito político; como se ela fosse um anexo ou uma notinha de rodapé, uma criatura estranha e exótica entre as flores [*risos*], sobre a qual é preciso refletir, de quando em quando [*aplausos*], num colóquio em mesa-redonda. Seria preciso, isso sim, organizar um encontro sobre os homens brancos heterossexuais e burgueses na psicanálise (p. 12).

Com ironia e precisão implacáveis, como de costume, o autor problematiza a objetificação das subjetividades que não as masculinas, cisheteronormativas, burguesas e brancas, inclusive no âmbito psicanalítico. Era nesse espírito que me encontrava no início de um processo de mestrado, buscando um problema de pesquisa que, àquele momento, me parecia ser apontar a normatividade nos discursos freudolacanianos sobre diferença sexual e

feminilidade através de algumas obras de Freud e Lacan e da discussão com autores e autoras que trabalham nos entrelaçamentos entre gênero e psicanálise, como Gayle Rubin, Judith Butler, Grada Kilomba, Thamy Ayouch e outras/os.

Naquela época, decidi não seguir aprofundando os estudos sobre Karen Horney porque temia que minha dissertação virasse um estudo biográfico ou restritamente histórico, afastando-se das discussões atuais sobre gênero, psicanálise e feminismo que tanto me motivam a pesquisar. Foi após a qualificação do meu projeto, contudo, que compreendi que poderia escolher esse caminho sem abrir mão de inserir meu trabalho em discussões atuais, pois a autora, como disse anteriormente, faz ecoar e reverberar questões que, de forma alguma, foram superadas na psicanálise, como bem pontua Preciado (2019).

Além disso, me foi apontado que dar ao meu trabalho o enfoque da versão mais hegemônica e difundida da psicanálise freudolacaniana sobre feminilidade e diferença sexual e as críticas a ela seria reproduzir a ideia de que essa versão foi total e aceita, sem considerar as diversas críticas, diálogos, embates e “ranços” (para tomar emprestada a palavra do professor Damico, um dos integrantes da banca) que permeiam a relação entre psicanálise e feminismo desde o princípio. Ademais, muitas críticas já foram feitas dentro dessa temática ao longo dos anos, tornando meu trabalho de revisão bibliográfica extenso e a contribuição criativa que poderia fazer limitada. Por outro lado, há uma escassez notável de trabalhos sobre a obra de Horney, pouco conhecida. Como citei a autora muitas vezes em meu projeto, sendo ela uma referência de importância mesmo para o problema de pesquisa daquela época, foi indicado pela banca que ela insistia em meu texto e isso causava um certo estranhamento. Elaborando essa colocação, pensei que, de fato, esse estranhamento ocorre mesmo sendo uma autora relevante para o tema, pois não é comum que seja citada, e não faz parte dos autores mais referenciados na maioria dos trabalhos psicanalíticos. Por isso, após os aconselhamentos da banca, entendi que deveria abraçar meu interesse de pesquisa pela autora e apostar nas suas contribuições para as questões referentes à diferença sexual e feminilidade hoje, com vistas a resgatar sua obra, conectá-la ao que pulsa atualmente no Brasil no que tange às discussões sobre gênero e psicanálise e, quiçá, contribuir para que ela cause menos estranhamento no futuro, por ser mais divulgada e lida.

Essas narrativas são importantes porque situam meu percurso na formulação de uma pergunta de pesquisa. É claro que são recortes, e muito mais teve papel na construção desse caminho. Contudo, traçam um bom panorama da minha implicação com meu tema de pesquisa, da minha transferência com a temática, com conceitos, lugares e autores, do desejo e da angústia que fundam esse projeto de dissertação. Caon (1997) afirma que uma postura de

serendipidade deve ser inerente ao pesquisador em psicanálise. Esta consiste em uma abertura ao acidental, “essa faculdade de fazer acidentalmente descobertas desejadas” (p. 122). Ou seja, não são descobertas desprovidas de intencionalidade, mas atravessadas pelo desejo do pesquisador, nesse caso da pesquisadora, que anda pelas ruas e corredores como que permanentemente atravessada por uma atenção flutuante no que tange a seu tema de pesquisa.

Sendo assim, essa breve exposição narrativa de meu caminho enquanto sujeito e pesquisadora torna-se importante motor para a continuação dessa pesquisa. Por isso, decidi trazê-la antes mesmo de uma introdução teórica ou revisão bibliográfica acerca do tema que será abordado: esse caminho é anterior e fundante de qualquer produção que possa vir a seguir.

1. INTRODUÇÃO

[...] a minha opinião é que a Psicanálise terá de se libertar da herança do passado, se desejar desenvolver as suas grandes potencialidades.

Karen Horney

1.1. Histórias importadas no contexto acadêmico

Em *O perigo de uma história única*, Chimamanda Adichie (2019), escritora nigeriana, com uma frase simples resume algo de muito valor para a psicanálise, mesmo sem estar falando dela: histórias importam. A psicanálise teve seu início justamente quando Freud, ao atender e ser interpelado por suas pacientes, se deu conta disso. A própria paciente Bertha Pappenheim (conhecida pelo nome fictício Anna O.), atendida por Breuer, inventou o que chamou de cura pela fala (Freud & Breuer, 1895/2016), que mais tarde foi aprimorada por Freud como a regra de ouro da psicanálise, a associação livre. A psicanálise surgiu a partir da valorização da fala do sujeito, do trabalho em transferência a partir de sua história, das narrativas que pode construir.

Sabemos que nem todas as histórias são amplamente narradas e conhecidas. Na construção dos saberes academicamente validados no Ocidente, elas tiveram um estereótipo de narrador que deteve o poder de decidir quais delas importam, a saber, o homem cisgênero e heterossexual, branco, europeu e burguês. Djamilla Ribeiro (2017) aponta que, com isso, a voz desse sujeito foi a que mais teve lugar nas correntes dominantes do pensamento, a mais autorizada a falar, silenciando ativamente outras vozes, o que caracteriza um privilégio epistêmico. Entende-se, portanto, que os saberes construídos por homens atravessados por esses marcadores sociais encontraram lugar privilegiado para pensar a cultura e o conhecimento em geral, imprimindo um pensamento hegemônico que foi naturalizado a ponto de tornar-se pretensamente universal na episteme ocidental.

Nessa esteira, o próprio homem branco europeu foi tomado pela cultura ocidental como o sujeito universal, produzindo colonizações epistemológicas sobre outros sujeitos e culturas. Ou seja, por centenas de anos adotamos, não sem resistência, histórias importadas dentro dos saberes acadêmicos, as mesmas que foram culturalmente impostas amplamente no contexto ocidental. Há algum tempo, estudos decoloniais² contestam que esse sujeito pretensamente universal é, na verdade, absolutamente territorializado e atravessado pelas

² Diversos autores e autoras produziram e ainda produzem trabalhos nessa via em diálogo com a psicanálise, como Frantz Fanon (1952/2008), Lélia Gonzalez (1988), Grada Kilomba (2019) e Thamy Ayouch (2019).

diversas contingências de seu contexto histórico, cultural, geográfico. Por conseguinte, o saber que produziu como universal não pode servir como paradigma para qualquer contexto.

No campo da diferença sexual e da feminilidade, as narrativas não foram sempre as mesmas, embora algumas tenham sido dominantes. O historiador Thomas Laqueur (2001) constata que há uma prolixidade de discursos sobre a mulher e a feminilidade derivada da concepção de diferença sexual radical adotada a partir, principalmente, do século XVIII. Antes disso, desde a Antiguidade, o pensamento hegemônico adotava um paradigma de sexo único, no qual os diferentes corpos eram pensados dentro de um mesmo espectro. Ele variava do polo mais perfeito e mais ligado ao divino - o homem - ao mais imperfeito - a mulher. Contudo, os órgãos e os fluidos corporais eram pensados como correlatos, por exemplo: a vagina era vista como um pênis invertido, o leite como análogo ao sêmen, os ovários como testículos internos. O autor ressalta até mesmo a inexistência de termos diferenciados na linguagem para nomear esses órgãos, referenciados com os mesmos nomes. Dessa maneira, a diferença sexual não era vista como radical e localizada na anatomia ou na natureza biológica, nem argumentada a partir do discurso científico. Era tida como fluida e transitória, relacionada a questões metafísicas como o calor vital que agitava os corpos e até com intervenções de seres mitológicos e divinos.

A partir de diversos fatores sociais, políticos e epistêmicos, por volta do século XVIII passou-se a conceber o corpo através da diferença sexual, de um dimorfismo biológico que separava radicalmente homem e mulher. Laqueur (2001) compreende que essa mudança não provém exclusivamente de um avanço no conhecimento científico, mas de complexos movimentos epistemológicos e políticos. Pontua que a reinterpretção dos corpos a partir do paradigma de dois sexos não pode ser atribuída por algum fator contingente por si só, mas por uma trama relacional atravessada por disputas de saber-poder que gera mudanças discursivas:

A ascensão da religião evangélica, a teoria política do Iluminismo, o desenvolvimento de novos tipos de espaços públicos no século XVIII, as ideias de Locke de casamento como um contrato, as possibilidades cataclísmicas de mudança social elaboradas pela Revolução Francesa, o conservadorismo pós-revolucionário, o feminismo pós-revolucionário, o sistema de fábricas com sua reestruturação da divisão sexual do trabalho, o surgimento de uma organização de livre mercado de serviços ou produtos, o nascimento das classes, separadamente ou em conjunto - nada disso *causou* a

construção de um novo corpo sexuado. A reconstrução do corpo foi por si só intrínseca a cada um desses desenvolvimentos (p. 23).

Embora antes disso já existissem diversos discursos sobre as diferenças entre homens e mulheres, a partir do advento da diferença radical e binária, localizada sobretudo na anatomia, o sistema sexo/gênero tornou-se um organizador cultural central. Utiliza-se, aqui, o conceito de sistema sexo/gênero a partir da leitura de Gayle Rubin (1975/1993):

[...] o que se considera sexo é igualmente determinado e obtido culturalmente. Toda sociedade conta ainda com um sistema de sexo/gênero: um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humanas é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional, pouco importando o quão bizarras algumas dessas convenções podem parecer (p. 5).

Tomando que o próprio conceito de gênero foi criado em uma trama binária a partir de pré-concepções sobre o sexo enquanto anatomia, torna-se difícil uma dissociação entre as noções de sexo e gênero construídas culturalmente. Por essa via de pensamento, o gênero tem surgimento desde uma noção calcada em uma determinada leitura da diferença sexual enquanto fato biológico. Os discursos sobre o corpo não recaem sobre ele apenas como uma impressão sobre algo já dado, mas moldam esse corpo e imbricam-se nessa materialidade. Como afirma Laqueur (2001):

[...] quase tudo que se queira dizer sobre sexo - de qualquer forma que o sexo seja compreendido - já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder. (p. 23)

Sendo assim, uma visão que associa sexo ao que é dado pela anatomia e gênero enquanto aquilo construído culturalmente não interessa aos propósitos desta discussão, pois reitera uma oposição binária natureza/cultura, e mesmo o sexo constitui-se enquanto produção discursiva sobre o corpo. O corpo sexuado e organizado a partir de zonas erógenas hierárquicas, centradas na genitalidade, e divididos categoricamente entre homem e mulher é, por si só, “um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade

como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados” (Preciado, 2014, p.26).

Em suma, o gênero, enquanto categoria criada a partir da noção biológica de diferença sexual, traz marcas dessas construções sobre o sexo e o corpo sexuado, não sendo possível tomá-lo isoladamente. Isso coloca em relevo a vantagem de pensar o sistema sexo/gênero enquanto uma complexificação das discussões sobre gênero, o que encontra ecos em autores contemporâneos. As palavras do psicanalista Ayouch (2015) aportam uma síntese elucidativa acerca do que se pode entender como sistema sexo/gênero, ao discorrer sobre a diferença binária dos sexos:

Cabe recordar que essa diferença, antes de ser qualquer evidência natural, é uma produção do sistema sexo/gênero, que constrói duas categorias como biológica e ontologicamente anteriores ao espaço discursivo e cultural que as produz. Porém, como aponta Judith Butler, não existe nenhuma natureza ontológica, não há nenhuma diferença anatômica entre os sexos, que não seja sempre já incluída numa instituição cultural do gênero, construída socialmente e definida historicamente. O gênero precede, fabrica e define os sexos de um modo performativo: ser mulher ou ser homem consiste em retomar gestos, atos, discursos, desejos, atitudes, e repeti-los, criando assim, pela reiteração, a ilusão de um modelo anterior à repetição. Essa performatividade do gênero não é, porém, uma escolha deliberada: é uma interpelação social, uma atribuição normativa, uma prescrição coletiva (p. 26-27).

A diferença sexual como eixo importante da hierarquização dos corpos - assim como a raça/cor - tornou-se, então, uma noção a partir da qual todos os âmbitos da cultura poderiam ser pensados. Como sujeito da produção do conhecimento, foi o homem branco europeu quem narrou a história dessa diferença, que ficou localizada na mulher, já que o homem foi tomado como este padrão não nomeado para o saber ocidental:

Só a mulher parece ter “gênero”, pois a própria categoria é definida como o aspecto de relações sociais baseado na diferença entre os sexos, onde o padrão sempre foi o homem. “Como alguém pode ser inimigo da mulher, sem saber o que ela é?” como dizia Paracelso, o médico da Renascença; isso nunca poderia ser dito do homem pois o “alguém” é masculino (Laqueur, 2001, p.32).

A diferença sexual torna-se, assim, um grande organizador das relações sociais, bem como outros marcadores de diferenças binárias opositivas, como branco/não-branco, rico/pobre, saudável/doente, etc., de acordo com uma hierarquização valorativa calcada no biopoder (Foucault, 1976/2018). Nesse contexto, a categorização dos corpos toma lugar central na produção de conhecimento, marcadamente na psiquiatria, produzindo subjetividades a partir de categorias valorativas atravessadas por concepções morais. Na hierarquização da diferença sexual binária a partir do par homem/mulher, a diferença esteve colocada do lado da mulher, sendo o sujeito universal tomado como “masculino”. Nessa lógica, a hierarquia valorativa determinou a mulher como inferior, assim como as subjetividades identificadas como diferentes, outras, em relação ao padrão do sujeito universal. Dessa maneira, como propõe Laqueur (2001), só teria gênero a mulher; analogamente, só teria raça o negro ou o não-branco, como apontado por estudiosos das relações raciais e da colonialidade como Fanon (1952/2008), Gonzalez (1988) e Kilomba (2019). As duas autoras mencionadas sublinham, além disso, que mesmo dentro das histórias do feminismo esse movimento ocorre.

Apesar de que algumas correntes do feminismo socialista tenham relacionado a diferença homem/mulher e a opressão das mulheres com a luta de classes, autoras como Gayle Rubin (1975/1993), Lélia Gonzalez (1988) e Donna Haraway (1991) produziram importantes críticas nesse sentido. Rubin (1975/1993) aponta que essa concepção parece crer que a opressão das mulheres é derivada apenas do capitalismo e da desigualdade na divisão sexual do trabalho. A partir da articulação de leituras de Levi-Strauss e Freud, a autora enfatiza que, apesar de o capitalismo ter se apropriado da troca de mulheres dentro de seu próprio sistema, esta coloca-se para além de um funcionamento econômico de determinada sociedade: trata-se de um organizador dos laços sociais entre os homens baseado na opressão das mulheres.

Nessa esteira, Gonzalez (1988) sublinha a importância de pensar um feminismo afrolatinoamericano, destacando a pluralidade das experiências que atravessam a América Latina e a restrição provocada por uma leitura única da opressão das mulheres, sem considerar atravessamentos raciais e coloniais: “Tentar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho sem articulá-lo com o correspondente ao nível racial, é recair sobre um tipo de racionalismo universal e abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco.” (p. 310).

A partir de um olhar pós-estruturalista, Haraway (1991) oferece outra crítica às articulações entre opressão das mulheres e capitalismo: ao colocar o trabalho e o capital como centro da discussão, o feminismo socialista se basearia em uma noção identitária de mulher

muito restrita e excludente. Os atravessamentos do colonialismo e das relações raciais ficariam de fora. Toda a tentativa, portanto, de criar uma identidade de “mulher”, excluiria muitas mulheres. Essa discussão já fora levantada muito antes, embora de outra maneira, no famoso discurso *E não sou uma mulher?*, de Sojourner Truth, proferido em 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher em Ohio, onde apontou os limites de uma noção universal do que seria uma mulher - notadamente essa noção tratava de mulheres brancas e burguesas - ao refletir sobre suas experiências enquanto mulher negra (Ribeiro, 2017).

A partir dessas críticas, podemos pensar que a diferença sexual enquanto organizador social, ainda que arraigada no capitalismo, merece atenção por si só. O diferente da diferença sexual, nesse sentido, foi a mulher pensada enquanto outro, já que não poderia ocupar o lugar de sujeito da criação do pensamento, apesar de ser tomada enquanto objeto desse pensamento. Na esteira da discussão anterior, Grada Kilomba (2019) ressalta que, se a mulher foi pensada enquanto outro, à mulher negra foi reservado o lugar de outro do outro, pois a mulher narrada pelo saber ocidental (e pelo feminismo, enquanto parte dele) é a mulher branca europeia e burguesa. Sendo assim, no contexto da história importada sobre a mulher no âmbito acadêmico, podemos perceber que o sujeito que a narra é um homem branco europeu referenciado pela cisheteronorma e o objeto da narrativa é a mulher branca europeia também atravessada por essa normatividade de gênero. Portanto, torna-se fundamental um olhar interseccional para trabalhar com o sistema sexo/gênero, pois como sublinha Kilomba (2019), “raça” e “gênero” são construções categóricas que interagem e estão sempre entrelaçados.

As categorias identitárias de ‘homem’ e “mulher”, ademais, são permeadas pela noção de diferença sexual anatômica, que carrega os preceitos da cisheteronormatividade que o funda. Preciado (2014) refere-se a esse processo de produção da diferença sexual como uma operação tecnológica que privilegia determinadas partes do corpo como zonas erógenas que fazem referência à distribuição assimétrica e generificada de poder; sendo assim, certas partes isoladas do corpo são destacadas como significantes sexuais. Assim como a categoria de mulher historicamente utilizada de forma hegemônica pelo feminismo refere-se a uma ilusão identitária excludente, o mesmo ocorre com a categoria de homem.

Embora a diferença sexual tenha sido, em determinado momento histórico, construída por esse sujeito específico da construção de conhecimento, importa-nos muito mais a lógica que atravessa essa noção e a funda, e que reverbera na construção de conhecimento até hoje. Ou seja, por mais que exista a concretude do fato de que a produção de conhecimento foi historicamente realizada por homens, não basta que mulheres estejam produzindo

conhecimento para que as bases epistemológicas que daí derivam sejam abandonadas - muito embora isso já produza efeitos de deslocamento por si só, como veremos.

O cenário da prolixidade de discursos sobre a diferença sexual e, conseqüentemente, sobre mulheres foi também o berço no qual a psicanálise foi fundada. A trajetória que levou Freud à psicanálise passou pelo contato direto com Charcot e as pacientes históricas da *Salpêtrière*, em sua grande maioria mulheres (Didi-Huberman, 2015). No século XIX, a etiologia da histeria era uma discussão importante na Psiquiatria. Havia, ainda, correntes teóricas que consideravam as manifestações da histeria como efeitos dos deslocamentos do útero pelo corpo ou como afecções provocadas por desequilíbrios menstruais - o próprio termo histeria deriva do grego *hystera* (útero).

Sob essa perspectiva, a histeria era vista como uma patologia de mulheres, tendo em vista que a diferença sexual baseada na diferença anatômica tende a associar em continuidade útero/vagina-mulher-feminilidade. Por outro lado, uma nova tendência de pensamento alocava a histeria no espectro das doenças dos nervos, isto é, sem a especificidade da causalidade vinculada ao útero, a histeria poderia também afetar homens. Por que, então, a maioria das pessoas assim diagnosticadas eram mulheres?

Charcot teve um papel importante na formulação da histeria enquanto categoria diagnóstica. Em análise detalhada, Didi-Huberman (2015) demonstra os esforços de Charcot em construir um quadro, uma estética da histeria, através da *Iconografia fotográfica da Salpêtrière*, que consiste em uma série de fotografias que pretendiam representar as afecções, patologias, crises e sintomas das pacientes ali internadas, a partir das lentes do olhar médico.

Nesse momento a histeria começava a ser tomada enquanto afecção específica, desvinculada da epilepsia e outros transtornos. Assim, do mar de “mulheres devassas”, “convulsionárias”, “anormais”, “criminosas”, “portadoras de doenças venéreas”, “indigentes, vadias, mendigas, ‘mulheres caducas’, ‘velhas fiandeiras’, epiléticas, ‘mulheres na infância’, ‘inocentes aleijadas e disformes’, moças incorrigíveis”, “loucas”, “dementes”, “mulheres infernais”, “alienadas”³, lapidou-se a histeria (Didi-Huberman, 2015).

Em seu intenso cotidiano com as afecções atribuídas à histeria, Charcot começou a realizar demonstrações para aprendizes, utilizando o corpo das pacientes. A dimensão teatral dessa situação aponta para a dramaticidade estética da histeria, com suas convulsões, paralisias e caretas; contudo, aponta também para a voracidade do olhar médico sobre o corpo dessas mulheres internadas, torturadas e experimentadas como brinquedos

³ Palavras com as quais se referiam às mulheres internadas na Salpêtrière, conforme explicitado por Didi-Huberman (2015) ao longo do capítulo *Saberes clínicos*.

(Didi-Huberman, 2015). Através da fotografia, esses corpos foram evidenciados, enquanto o olhar do observador foi tirado de cena. As fotografias pertencentes à *Iconografia* evidenciam os corpos das mulheres internadas em suas poses de ataque, grito, delírio, estado normal, etc. O que fica excluído da cena, nesse caso, é o olhar do médico que fotografa, guia as poses e aplica as técnicas de fotografar históricas existentes em manuais da época (Didi-Huberman, 2015). Pode-se pensar que essas imagens dizem, portanto, da objetificação dos corpos dessas mulheres enquanto campo para a construção de saberes, enquanto o sujeito de sua construção sobre eles se abstém de aparecer na cena, visando a uma objetividade técnica na demonstração do quadro clínico. Dessa forma, há a tentativa de sustentação de um sujeito neutro, não implicado no jogo de olhares e desejos que perpassa a cena.

Rita Segato (2006), em *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*, relata movimento análogo em fotografias brasileiras do século XIX, onde a imagem excluída da cena era a das amas-de-leite negras que seguravam bebês brancos para as fotografias. A autora entende a forclusão da figura da mãe preta na cultura brasileira como sintomática da modernidade colonial no Brasil, que se atualiza hoje em relação à figura da babá e da empregada doméstica. Na mesma via, Gonzalez (1984) já havia analisado o lugar da mãe preta, da doméstica e da mucama no imaginário brasileiro, trazendo o racismo, articulado com o sexismo, como sintoma do que chamou de neurose cultural brasileira. A autora aponta que a insistência em esquecer a mulher negra, em escondê-la e negá-la, e por outro lado de exibi-la quase como um ser folclórico em festividades como o carnaval, em um movimento de dupla objetificação, mostra-se como sintomático do racismo que funda a cultura brasileira e ao mesmo tempo é negado.

Podemos situar aí a diferença entre os dois apagamentos de imagens: no caso das mulheres negras brasileiras, há a tentativa do total apagamento de sua existência histórica pelos ideais higienistas e coloniais importados da cultura europeia no Brasil, buscando a negação da raça, através do mito da democracia racial, como sintoma da neurose cultural brasileira proposta por Gonzalez (1984). No caso da *Iconografia da Salpêtrière*, o que é excluído é o autor das fotografias, sua vontade de saber e a implicação de seu desejo no olhar sobre os corpos daquelas mulheres, na tentativa de afirmar a neutralidade do saber médico (Didi-Huberman, 2015), o que pode ser pensado como sintomático do esforço por negar os atravessamentos subjetivos do pretense sujeito universal da produção do conhecimento.

Foucault (1976/2018) coloca a histerização do corpo da mulher como um dos grandes dispositivos de saber-poder que atravessam a noção de sexo a partir do século XVIII. Esse processo trata do corpo da mulher como saturado de sexualidade e por si só patológico, e

portanto tomado como objeto de análise. Com Freud, a objetificação da mulher encontrou uma torção, a partir da escuta das narrativas das pacientes. Mas, como destaca Didi-Huberman (2015):

[...] foi preciso Freud passar pelo grande teatro da histeria, na Salpêtrière, antes de se entregar à escuta e de inventar a psicanálise. Houve necessidade do espetáculo e de sua dor, e de primeiro *encher os olhos* com eles. [...] Encher os olhos de quê? Esta é toda a minha pergunta. De corpos de mulheres, em todos os seus estados. [...] Ocorre que a *Iconografia fotográfica da Salpêtrière*, entre 1875 e 1880, não nos dá um único retrato de homem. Os homens só entraram na Salpêtrière, na condição de doentes, a partir de 21 de junho de 1881, data de inauguração da chamada “consulta externa”. Mas foi preciso esperar até 1888 para poder contemplar os traços fotografados de um homem histérico (p. 115-118).

Com isso, o autor destaca que, mesmo que Freud tenha se afastado de muitas das concepções da medicina da época, a pré-história da psicanálise carrega consigo essa trajetória pela Salpêtrière. Foi em meio às intensas discussões e produções científicas sobre a diferença sexual - localizada patologicamente no corpo da mulher - que a psicanálise teve seu surgimento. E quais podem ser os efeitos constitutivos desse berço cultural para a produção teórico-clínica que daí adveio?

Freud (1895/2016) não demorou a perceber as limitações da hipnoterapia enquanto método no tratamento da histeria. Como comentado, a partir da contribuição de Bertha Pappenheim, a associação livre tomou lugar enquanto técnica fundamental da psicanálise. Enquanto isso, mudanças teóricas também tiveram lugar: a partir de sua experiência clínica, Freud começou a articular a etiologia sexual das neuroses, ampliando a noção de sexualidade da época, como fez ao afirmar a sexualidade infantil (Freud, 1905/1977). A ideia de uma bissexualidade inata, que hoje poderíamos ler como uma pulsão sem objeto e finalidade *a priori*, tem sido muito importante para pensar o caráter não inato da heterossexualidade, até então tomada como natural, pelo menos desde o advento da diferença sexual ou, como postula Laqueur (2001), do mundo de dois sexos. Da mesma forma, a concepção de uma sexualidade inicialmente perverso-polimorfa (Freud, 1905/1977), ou seja, destituída de contornos, localidades corporais e objetivos pré-concebidos, trouxe um avanço inovador para a época e ainda é motor para discussões no campo dos estudos de gênero. Freud, entretanto, é

um autor paradoxal; se por um lado mostra-se à frente de seu tempo no que tange à diferença sexual, por outro foi também um homem de seu tempo.

Por mais que as mulheres, em seu divã, tomassem a palavra, inicialmente foram ele e outros colegas homens que teorizaram sobre ela. Utilizando o conceito laciano de alienação, Gonzalez (1988) aponta que os saberes ocidentais tomaram mulheres e não brancos como infantis: “Da mesma forma, nós mulheres e não brancos, fomos falados, definidos e classificados por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza.” (p. 310). De acordo com a etimologia do termo, *infans* é aquele que não fala, que ainda não pode falar por si, em primeira pessoa. Portanto, é falado por aqueles que podem ocupar o lugar de produção de discursos sobre si e sobre os outros. Assim, a autora afirma que a colonização do saber colocou mulheres e não brancos na condição de alienados⁴ ao discurso eurocêntrico, branco e masculinizante: “temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) [...]” (Gonzalez, 1984, p. 225).

1.2. Histórias importam: retomando produções de mulheres na psicanálise

Aos poucos, algumas mulheres começaram a integrar-se ao meio psicanalítico não apenas como pacientes. Em 1910, Margarete Hilferding foi a primeira psicanalista mulher a compor as reuniões de quartas-feiras instauradas por Freud desde 1902. Em 1911 apresentou uma conferência intitulada *As bases do amor materno*, que questionava o caráter inato do amor da mãe por seu filho/filha e buscava refletir a forma como esse amor era desenvolvido a partir do contato com o bebê (Hilferding, 1911/1991). A ata da conferência traz a fala da conferencista que, ao final, afirma não ter sido bem compreendida no ponto que buscou fazer em sua apresentação.

A tese de Sabina Spielrein, *A destruição como origem do devir* (Spielrein, 1911/2014), de 1911, aborda a indissociabilidade paradoxal da destruição e da criação, discorrendo sobre uma pulsão que nos impulsiona à dissolução do Eu, antecipando grandemente o conceito de pulsão de morte. Freud, inclusive, leu sua tese e a citou em nota de rodapé, brevemente, em *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/1977). Sua contribuição teórica foi apagada por muito tempo da história da psicanálise e só recentemente tem sido resgatada⁵. Infelizmente, grande parte dos psicanalistas ainda desconhecem sua

⁴ Há a necessidade da ressalva de que homens brancos e europeus também foram alienados a esse discurso, porém desde outro lugar, como apontou Fanon (1952/2008).

⁵ No Brasil, Renata Cromberg tem feito o trabalho de resgate e tradução da sua obra (Cromberg, 2014).

obra, e ela é mais comumente relatada como amante de Jung e como uma peça importante para a ruptura entre ele e Freud.

Rosa & Weinmann (2020) constatarem que as pioneiras da psicanálise da década de 1910, que compunham a primeira geração de mulheres analistas, são menos conhecidas e têm suas obras menos preservadas do que suas sucessoras. É nas décadas de 1920 e 1930 que Karen Horney produz suas obras mais relevantes, depois desse caminho aberto pelas psicanalistas anteriores. Como a autora é o foco desta dissertação, deixo para falar mais de sua obra adiante.

Cabe lembrar que, nesse início, tratam-se de mulheres brancas europeias, que foram as primeiras a ter acesso à psicanálise no lugar de analistas. Os nomes citados referem-se a autoras com as quais tenho mais familiaridade, mas não esgotam, certamente, a lista de mulheres pioneiras na psicanálise. Outras autoras como Emma Eckstein, Lou Andreas-Salomé, Jeanne Lampl-de-Groot e Joan Rivière, por exemplo, também foram importantes para a produção psicanalítica e para a história da psicanálise, e são pouco conhecidas em suas contribuições (Rosa & Weinmann, 2020; Silva & Santo, 2015)⁶.

No Brasil, também tivemos pioneiras da psicanálise, embora um pouco mais tardias, obviamente, que as europeias, por questões até mesmo geográficas. Cabe ressaltar que, se na Europa as pioneiras da psicanálise eram todas brancas, no Brasil temos uma expressiva contribuição de mulheres negras. Virginia Bicudo, por exemplo, é considerada a primeira psicanalista mulher do Brasil e foi a primeira psicanalista não-médica no país. Produziu, em 1945, uma dissertação chamada *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, onde utilizou entrevistas com o objetivo de melhor compreender as atitudes dessas pessoas em relação às questões referentes à raça (Bicudo, 1945/2010). Só muito recentemente vem sendo lembrada como pioneira dos estudos das relações raciais e da psicanálise, e tem sido discutido o embranquecimento de suas fotografias como forma de negação da raça nos circuitos psicanalíticos⁷ (Maio, 2010).

A partir dessa breve exposição de apenas alguns nomes de psicanalistas pioneiras, é possível refletir que, mesmo quando as mulheres passaram a ocupar um lugar de produção do conhecimento na psicanálise, nem sempre isso significou que tivessem reconhecimento por seus pares e que suas vozes fossem escutadas amplamente, ainda mais se analisarmos os

⁶ O propósito deste trabalho não é se aprofundar na obra de todas as pioneiras; a menção às autoras citadas vem a pretexto de exemplificação, pois tenho contato maior com suas obras. Para maior conhecimento das obras das pioneiras, em geral, sugere-se principalmente a leitura dos originais das autoras, além de referências como Rosa & Weinmann (2020), Silva & Santo (2015), Cromberg (2014), Sayers (1992), Alexander et al. (1966).

⁷ Lembremos a discussão anterior sobre a sintomática expressa nas imagens fotográficas através de Didi-Huberman (2015), Segato (2006) e Gonzalez (1984).

atravessamentos de raça. Nesse sentido, a diversidade de narrativas e produções teóricas no meio psicanalítico, desde seu início, nem sempre foi evidenciada. Beividas (1999), ao tratar da pesquisa em psicanálise, mais especificamente a de inspiração freudolacanianana, aponta para um excesso transferencial à medida que os textos de Freud e Lacan são colocados em um lugar de verdade, o que pode tornar as pesquisas submissas ao argumento de autoridade do autor. Dessa maneira, as propostas freudianas e as posteriores elaborações lacanianas assumem o lugar de referências essenciais, com as quais os caminhos e descaminhos de uma pesquisa devem estar de acordo. Esse apontamento provoca a reflexão sobre a cristalização de alguns discursos na psicanálise, o que pode acarretar no fechamento a outras possibilidades narrativas.

Em relação ao tema da presente pesquisa, isto é, diferença sexual e feminilidade (enquanto *locus* da diferença), a narrativa mais difundida nos meios freudolacanianos no Brasil referencia-se em Freud e Lacan. Se tomarmos apenas algumas produções dos últimos anos (Ambra & Silva, 2014; Assuar, Nunes e Silva Jr., 2019; Mariotto, 2018; Martins & Silveira, 2020), notamos a insistência na reprodução de noções desses autores, seja para conciliá-las com conceitos tensionados pelos estudos de gênero, feministas e *queer*, seja para colocá-las em oposição a esses.

Cavalheiro (2019) empreendeu uma extensa revisão das produções psicanalíticas que dialogavam com estudos de gênero e *queer*, no intuito de investigar como as discussões sobre esses campos apareciam na psicanálise brasileira de 2010 a 2018, período no qual o autor identifica um crescimento exponencial nas publicações com essas temáticas. Foram consultados também alguns livros publicados nessa mesma linha no período indicado. O autor constata que a maioria dos resultados encontrados referem-se a estudos de orientação freudolacanianana, além da marcada interlocução com um texto específico de uma autora para os debates entre psicanálise e gênero. Trata-se do livro *Problemas de gênero*, de 1990, de autoria de Judith Butler.

A partir dos achados mencionados acima, podemos situar que a pesquisa psicanalítica brasileira nesse campo reproduz uma narrativa majoritariamente freudolacanianana, nos embates e conciliações com os estudos de gênero, representados primariamente por Butler. Mais uma vez, repara-se na preferência por algumas narrativas teóricas em detrimento da evidência das pluralidades narrativas nesse terreno. Nesse caso, torna-se importante resgatar algumas histórias, não apenas porque elas importam para a produção de furos nas discursividades mais cristalizadas nos entrecruzamentos entre gênero e psicanálise, mas também porque podem aportar contribuições para essas discussões no Brasil hoje. Se

histórias importam e, como sublinha Chimamanda (2019), importa também que sejam múltiplas, cabe conhecermos as que não são tão difundidas, para que possamos ressignificar os debates atuais.

É nesse contexto que o estudo sobre a diferença sexual e, por conseguinte, sobre a feminilidade na obra de Karen Horney é relevante. Nas décadas de 1920 e 1930, a autora teve extensa produção sobre esses temas, em diálogo com os demais autores e autoras da psicanálise da época, bem como com autores de outras áreas de conhecimento, como sociologia, antropologia e filosofia. Seus textos provocaram discussões intensas no âmbito psicanalítico à época, sendo lida e citada por Freud, Abraham, Deutsch, Rado, entre outros/as⁸.

Apesar da “explosão” de produções sobre gênero e psicanálise parecer atual, mesmo antes do conceito de gênero ser incorporado conceitualmente no campo científico⁹, constatamos no período mencionado uma discussão ampla e acentuada no círculo psicanalítico envolvendo temáticas como diferença sexual, feminilidade, sexualidade feminina, homossexualidade, masculinidade e feminilidade, entre outras. Nesse momento, os estudos de gênero e *queer* ainda estavam por surgir, mas os movimentos feministas já traziam reivindicações e mudanças sociais no contexto europeu, o que não deixou de atravessar a psicanálise, em construção nesse meio cultural. Karen Horney foi a principal representante, nessa época, de uma psicanálise que poderia entrar em diálogo - e não apenas em oposição - com as discussões insurgentes a partir desse atravessamento.

Desse modo, o objetivo da presente dissertação de mestrado foi investigar como as discussões sobre diferença sexual e feminilidade aparecem na obra de Karen Horney, com o intuito de resgatar suas contribuições e relacioná-las a questões importantes sobre essa temática hoje. Cabe ressaltar que aqui tratamos de diferença sexual e feminilidade especificamente, pois na obra da autora não há menção ao conceito de gênero, criado apenas posteriormente. Contudo, esses conceitos se enlaçam e são fundamentais para pensar as discussões sobre psicanálise e gênero hoje.

1.3. Breve introdução sobre a vida e obra de Karen Horney

⁸ Karl Abraham (1877-1925), psicanalista alemão; Helene Deutsch (1884-1982), psicanalista alemã; Sandor Rado (1890-1972), psicanalista húngaro.

⁹ O que ocorreu apenas na década de 1950, através do psicólogo neozelandês John Money. A inserção desse conceito no âmbito psicanalítico, por sua vez, é atribuída ao psicanalista estadunidense Robert Stoller, na década de 1960.

Com fins de trabalhar contribuições de Karen Horney sobre diferença sexual e feminilidade para a Psicanálise, torna-se relevante apresentar brevemente a autora e os principais aspectos de sua obra. Apenas adentrar as discussões teóricas e conceituais a partir de seus textos sem contextualizar sua produção seria superficial sob diversos ângulos, pois entendemos, a partir de Haraway (1995), que estes se tornam ainda mais potentes à medida que podemos situá-los, localizá-los. Por esse motivo, devemos compreender o terreno histórico e cultural da produção psicanalítica na época e local nos quais Karen Horney estava escrevendo seus textos, para assim articularmos suas contribuições com outras/os autoras/es com as/os quais dialogava e entendermos de qual lugar partia em sua escrita.

Além disso, ao contrário de alguns de seus colegas, Horney não é tão amplamente conhecida no Brasil. Dificilmente entra-se em contato com sua obra nas universidades e mesmo em instituições psicanalíticas. Se, por exemplo, falarmos de Freud em uma dissertação de mestrado em psicanálise, não precisamos de introduções biográficas mais extensas, pois está implícito que as/os leitoras/es sabem, minimamente, de quem estamos falando e do contexto da produção freudiana. Por outro lado, não pode-se tomar por dado que, ao falarmos de Karen Horney, ocorrerá o mesmo - talvez seja mais esperado, ao contrário, o desconhecimento sobre a autora e sua obra. Portanto, faz-se necessária uma apresentação.

Karen Horney nasceu em setembro de 1885, nas imediações de Hamburgo, na Alemanha. Ainda adolescente, conforme consta em seus diários (Horney, 1980), decidiu seguir a carreira de médica, a contragosto de seu pai, narrado como disciplinador e rígido, que preferia que ela se ocupasse dos afazeres domésticos. Em 1906, ingressou na Universidade de Freiburg, uma das poucas de sua época a aceitar mulheres no curso de medicina (Eckardt, 2005; Sayers, 1992). Ela seguiu seus estudos em Göttingen e depois na Universidade de Berlim, optando por continuar sua formação em psiquiatria e psicanálise, e em 1909 começou uma análise pessoal com o psicanalista Karl Abraham, outro pioneiro da Psicanálise na Alemanha, com quem mais tarde veio a dialogar em suas produções enquanto colega. Mais tarde, analisou-se também com o analista húngaro Hanns Sachs. Em 1911, começou a frequentar as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Berlim, onde atendeu pacientes e apresentou trabalhos e palestras, e em 1913 formou-se médica psiquiatra. Neste meio tempo, casou-se e, entre 1911 e 1916, teve três filhas mulheres.

Mais tarde, em 1920, foi a primeira mulher a se tornar membro do Instituto Psicanalítico de Berlim, que ficou historicamente conhecido por sua policlínica que oferecia atendimentos gratuitos em psicanálise, em um esforço de ampliação do campo de ação da

clínica psicanalítica. Horney lá se ocupava tanto da transmissão da psicanálise quanto de atendimentos.

Nas décadas de 1920 e 1930, Karen Horney começou a publicar uma série de textos sobre feminilidade e sexualidade feminina, gradualmente intensificando em sua obra a presença de críticas a atravessamentos patriarcais na teorização psicanalítica, sendo a primeira autora no interior da psicanálise a fundamentar e sustentar tais críticas de maneira extensiva. Nessa época, as produções sobre essas temáticas se alargaram na psicanálise na Europa, o que foi atribuído pelo próprio Freud à inserção de analistas mulheres nos círculos psicanalíticos (Freud, 1933/1977). Malgrado esse tenha sido um importante momento para os enlaces entre psicanálise e feminismo, muitas das contribuições de psicanalistas dessa época, em especial as mulheres, foram esquecidas (Rosa & Weinmann, 2020). Temos, assim, a falsa noção de que a teorização freudiana sobre feminilidade era amplamente aceita inicialmente e teria sido criticada apenas posteriormente, por feministas na década de 1970 e 80, após as leituras lacanianas de Freud. Institui-se, dessa maneira, a crença de que à época de Freud não era possível uma produção diferente sobre diferença sexual e feminilidade, e que as limitações nesse sentido na obra freudiana são reflexo de seu tempo. Ao lançarmos um olhar mais próximo sobre as produções daquele período, contudo, percebemos a efervescente discussão que o assunto provocava, as divergências entre autores e autoras e a multiplicidade de abordagens presentes já naquela ocasião.

Freud foi um dos grandes envolvidos na instauração da centralidade das discussões sobre diferença sexual e feminilidade nesse período inicial. Muitas de suas conceituações sobre essas temáticas já se encontravam em publicações anteriores, mas no início da década de 1920 foram publicados alguns textos seus com enfoque específico na questão da diferença sexual, como *Organização genital infantil* (Freud, 1923/1976) e *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (Freud, 1925/1977). No primeiro, Freud afirma assumir a perspectiva do menino em suas teorizações sobre o desenvolvimento psicosssexual até aquele momento, e é nele que postula o conceito de primazia do falo, sugerindo que, na infância, apenas um órgão genital está psiquicamente em consideração, o pênis. Sendo assim, para ele, a vagina só teria um lugar psíquico a partir da puberdade. No segundo texto, o autor, pela primeira vez, busca pensar as especificidades do desenvolvimento psicosssexual da menina sem tomar apenas a perspectiva do menino, como ele próprio afirmou fazer anteriormente. Nele, Freud sugere que os efeitos da percepção da diferença anatômica pelas meninas incluiriam uma profunda ferida narcísica na comparação com o menino, abandono da masturbação clitoriana e a inveja do pênis.

Importa situar essas produções, mesmo que muito brevemente, pois algumas das conceitualizações ali presentes constituem o ponto de partida para críticas produzidas por Horney logo em seguida, como no texto *A fuga da feminilidade*, de 1926. Esse texto começa, justamente, resumindo algumas das conceituações freudianas sobre feminilidade até aquele momento e, partindo delas, a autora constrói questionamentos que se desdobram em uma leitura crítica e novas proposições.

Mais tarde, na década de 1930, Freud tem algumas produções especificamente voltadas à feminilidade, como *Sexualidade feminina*, de 1931, e a conferência XXXIII das *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, intitulada *Feminilidade*, de 1933. Essas produções já abarcam diálogos com psicanalistas mulheres, como as novas elucubrações sobre a relação pré-edípica da menina com sua mãe, impulsionada por autoras como Ruth Brunswick, Jeanne Lampl-de-Groot e Helene Deutsch, conforme mencionado pelo próprio Freud (1933/2006).

Ao mesmo tempo, na década de 1930, Horney se autoriza cada vez mais nas produções sobre feminilidade a partir de um ponto de vista próprio, rompendo com várias noções freudianas e integrando mais discussões sobre o papel da cultura no psiquismo, principalmente após sua ida aos Estados Unidos em 1932. Talvez a própria ruptura com o círculo freudiano e, como ela mesma menciona, o contato com culturas diversas da europeia (Horney, 1939/1966), tenham contribuído para sua produção se tornar mais intelectualmente independente. Sabemos que as alianças e rupturas com Freud, naquele período, instauravam ambientes institucionais e políticos que influenciavam até mesmo na forma como alguns autores e autoras eram recebidos nos círculos psicanalíticos (Cromberg, 2014). Conhecemos, também, pela história da ruptura de Freud e Jung, que a figura proeminente do fundador do campo muitas vezes cancelava o que poderia ou não fazer parte da psicanálise. Assim, para alguns psicanalistas, o afastamento ou até mesmo a ruptura com o dogma freudiano tornava-se a alternativa para a possibilidade de um trabalho criativo sem tantas amarras políticas e institucionais com a figura de Freud.

Outras autoras importantes para a discussão sobre feminilidade nesse momento foram, por exemplo, Lou Andreas-Salomé, Joan Rivière e Melanie Klein (Rosa & Weinmann, 2020). Cabe salientar, porém, que elas não compartilhavam, necessariamente, de uma mesma abordagem em relação ao tema e, aliás, muitas vezes discordaram, como é o caso de Horney em relação à Deutsch em relação ao masoquismo feminino. Enquanto Deutsch sustentava que o masoquismo estaria intrinsecamente ligado a uma dita natureza feminina, Horney (1935/1991) salientava o lugar da cultura no fomento de atitudes masoquistas entre mulheres.

Dentre as autoras daquele tempo, Karen Horney foi pivô no sentido de introduzir críticas consideradas feministas no cerne das construções psicanalíticas, além de propor alternativas para a leitura de alguns aspectos da teoria psicanalítica a partir de interlocuções com áreas como a sociologia e a antropologia, o que fez com que ficasse conhecida como culturalista. Suas contribuições serão abordadas em maior profundidade nos capítulos a seguir.

Na década de 1930, a partir da visita e migração de analistas para os Estados Unidos, a psicanálise passou a ser difundida nesse país (Alexander, Eisenstein & Grotjahn, 1966). Desses, Alexander foi um dos que ficou no país, onde fundou o primeiro instituto de Psicanálise do país, o *Chicago Institute for Psychoanalysis*, para o qual convidou Karen Horney, que conhecera de maneira mais próxima no Instituto Psicanalítico de Berlim, para ocupar o cargo de diretora associada, em 1932. Sua escolha se deu por considerá-la independente e questionadora, apesar de sua formação fortemente freudiana, além de admirar nela o fato de suas concepções teóricas sempre se ancorarem na experiência clínica (Natterson, 1966). No ano de 1926, Horney havia se separado de seu marido Oskar, indo assim para os Estados Unidos já após esse fato, quando aceitou o convite de Alexander.

Mudou-se, então, para Chicago, nos Estados Unidos, em 1932, e em 1934 mudou-se para Nova York, onde mantinha um consultório e lecionava tanto no Instituto Psicanalítico de Nova York quanto na *New School for Social Research*, instituição fundada em 1919 por intelectuais progressistas para o estudo de humanidades e problemas sociais, existente até hoje. Suas produções e ideias revolucionárias, que se contrapunham a várias premissas de Freud, não foram bem aceitas pelo Instituto Psicanalítico de Nova York, culminando em sua saída em 1941, depois da qual fundou o Instituto Americano de Psicanálise, também existente até hoje (Eckardt, 2005; Gilman, 2001). No mesmo ano, fundou também o *American Journal of Psychoanalysis*, que segue tendo publicações atualmente. Ela morreu de câncer em 1952, em Nova York.

Horney costuma ser mencionada como a primeira psicanalista a introduzir críticas feministas na psicanálise, tencionando alguns atravessamentos da lógica patriarcal nas teorizações freudianas e de outros/as colegas de sua época (Brasil & Costa, 2018; Garrison, 1981), muito embora ela própria não utilizasse esse adjetivo para falar de si. Dessa forma, podemos prescindir da postura de considerar esses imbricamentos como estritamente contemporâneos, mas apontar as construções já elaboradas nesse âmbito há quase um século e, a partir delas, criar as condições de possibilidade para novas contribuições.

Conquanto tenha sido uma pioneira da psicanálise, contemporânea de Freud e engajada no movimento psicanalítico de sua época, Karen Horney é pouco conhecida e estudada no Brasil. Enquanto, nos Estados Unidos, Horney teve influência mais explícita e duradoura, tendo fundado instituições e circulado suas obras e ideias mais amplamente em comparação ao Brasil, em nosso país é quase que desconhecida em suas elaborações teóricas e raramente lembrada ou mencionada em sua importância histórica no movimento psicanalítico. Suas contribuições teóricas são refletidas apenas escassamente na literatura acadêmica no Brasil, sendo que apenas um artigo científico que se debruça mais longamente sobre sua obra foi encontrado, e é uma produção bastante recente.

Trata-se de um artigo de Amorim & Belo (2020), que aborda o tema da monogamia em Karen Horney, enfatizando as formulações pioneiras da autora sobre o tema. No texto, os autores pinçam algumas das principais contribuições de Horney sobre a monogamia, no sentido de uma problematização desta enquanto ideal e da análise dos problemas no casamento, enquanto contrato social monogâmico por excelência, que apareciam com frequência em sua clínica. Em resumo, os autores apontam que Horney, por mais que se ancore em alguns pressupostos heteronormativos para suas teorizações, aporta também críticas em relação à monogamia que foram importantes para a época, como a proposta de relativizar a monogamia enquanto padrão absoluto nas relações. A construção dessa crítica se baseia, fundamentalmente, na demonstração de que dentro do arranjo monogâmico existem diversos desencontros provocados pelos atravessamentos inconscientes, indicando a não existência de uma perspectiva real de satisfação dos desejos inconscientes apenas pela via do casamento. Ou seja, a monogamia enquanto saída ideal para a relação entre parceiros deveria ser reavaliada, já que, como outros arranjos, também abarca inevitáveis conflitos; portanto, não deveria ser considerada melhor ou pior que os demais formatos de relacionamento através de padrões valorativos morais. Por fim, o artigo coloca em relevo os apontamentos da autora no sentido de mostrar que os ideais patriarcais da cultura em que vivia traziam exigências maiores para mulheres do que homens no que tange à monogamia, por conta da naturalização da mulher como objeto sexual, como um “bem móvel” (p. 259). Se em um relacionamento monogâmico a noção de exigência de amor estaria ligada à exigência de posse, a fidelidade estaria mais a serviço da satisfação de impulsos narcísicos e sádicos do que, necessariamente, da demonstração de amor pelo outro. E, em uma sociedade patriarcal, na qual o ideal de feminilidade designa uma mulher objetalizada cujos anseios limitam-se à esfera familiar conjugal, isto se impunha mais fortemente às mulheres.

Muito recentemente, já próximo da finalização deste mestrado, encontramos mais uma produção acadêmica sobre Horney, da mesma autoria. Trata-se da tese de doutorado de Amorim (2021), que debruçou-se principalmente sobre a história de Horney e seu lugar na historiografia psicanalítica. Utilizando-se de conceitos de Ferenczi sobre o trauma, a autora sustenta que a obra e a história de Karen Horney podem ser pensadas como um desmentido na história da psicanálise, devido a seu apagamento a despeito da relevância e pioneirismo de suas contribuições, notadamente nos entrelaçamentos entre psicanálise e feminismos.

A quase ausência de conhecimento da obra de Horney em universidades e mesmo em instituições de psicanálise no Brasil contrasta com o aumento das produções acadêmicas com enfoque nos entrelaçamentos entre psicanálise e estudos de gênero, ou psicanálise e feminismo, tanto na forma de publicações de livros (Ambra & Silva, 2014; Assuar et al., 2019; Mariotto, 2018; Martins & Silveira, 2020), quanto de artigos científicos (Cavalheiro & Silva, 2020; Martins, 2021; Santos, 2018; Stona & Ferrari, 2020), a partir dos mais diversos referenciais teóricos e posicionamentos ético-políticos. Surpreende, portanto, dada a importância de Karen Horney no estabelecimento das aproximações nessas áreas, que a autora seja pouco lembrada e referenciada nas produções acadêmicas do Brasil que inserem-se nessa mesma seara. Horney, desde momentos muito precoces da psicanálise, trouxe variados apontamentos relevantes para grande parte das reflexões em efervescência nesse campo hoje, tais como: a crítica ao referencial masculino nas teorizações e à universalidade do Édipo, a proposição de leituras da feminilidade que não se ancoram em um ideal de sujeito masculino, a ênfase na influência da cultura nas produções científicas e na própria subjetividade, a necessidade de um olhar para questões culturais na clínica psicanalítica, entre tantas outras (Horney, 1926/1991; 1937/1977; 1939/1966). Além disso, foi uma crítica das generalizações e universalizações no pensamento psicanalítico, apontando também a necessidade de não tomarmos teorias produzidas em determinada cultura, a partir de diversos atravessamentos sociais específicos, como aplicáveis em qualquer contexto (Horney, 1935/1991; 1939/1966). A partir disso, a autora alertava também que a psicanálise não deveria se tornar uma ferramenta de adequação ao que era considerado normal em uma cultura, mas preocupar-se com a saúde psíquica do sujeito, entendida por ela como a maior liberdade subjetiva possível para usufruir das próprias capacidades (Horney, 1939/1966).

Em um momento no qual a noção hegemônica sobre feminilidade na psicanálise incluía as ideias de masoquismo feminino, passividade inata, abandono do clitóris para a sexualidade vaginal, inveja do pênis e desvantagem/deficiência biológica, Horney teceu críticas pioneiras e proposições que fizeram avançar a psicanálise (Garrison, 1981). A autora

sugeria que a psicanálise teria de se libertar de algumas heranças do passado, de premissas atravessadas por noções datadas, se quisesse desenvolver as suas potencialidades (Horney, 1939/1966). Assim, Horney criticava alguns aspectos da psicanálise, especialmente no que tange à feminilidade, não para execrá-la ou condená-la, mas para libertá-la de “certas premissas condicionadas historicamente e das teorias a que deram origem” (Horney, 1939/1966, p. 12).

Pode-se pensar, portanto, que muitas de suas contribuições se mantêm atuais na produção psicanalítica, inclusive abrindo caminhos para os diversos diálogos, embates e entrelaçamentos entre psicanálise e feminismo que vieram posteriormente através de outras autoras. Sendo assim, a relevância de retomar sua obra não se limita, apenas, à importância de conhecer a tradição das produções nesse campo, mas amplia-se para pensar algumas das elaborações da autora como ferramentas potentes para a psicanálise atualmente. Isto é, sua obra, apesar de datada e limitada em alguns aspectos, que serão discutidos posteriormente, traz contribuições teórico-clínicas ainda úteis para reflexões contemporâneas. Nessa esteira, torna-se relevante retomar algumas produções da autora para extrair de sua obra concepções que contribuam para as discussões atuais nesse terreno fértil de produções acadêmicas no Brasil.

2. MÉTODO

Neste capítulo, iniciaremos com uma contextualização sobre o lugar da/o pesquisador/a na pesquisa em psicanálise, para situar a forma com a qual foi feita uma aproximação do objeto de estudo e do problema de pesquisa neste trabalho. Nesta seção, utilizaremos alguns conceitos winnicottianos como ferramentas para reflexões metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise, o que reflete algo não apenas de minha trajetória pessoal dentro da psicanálise - pelas aproximações com a obra de Winnicott - como um trabalho conjunto do grupo de pesquisa no qual esta dissertação se insere que visa à contribuição para discussões metodológicas no campo da pesquisa em psicanálise a partir desse autor.

A seguir, serão abordadas algumas contribuições de estudos feministas para a questão da metodologia em pesquisa, trazidas ao texto pela relevância em relação a esta pesquisa, que se produz nos entrelaçamentos entre psicanálise e feminismos. Busca-se, com isso, situar o lugar da pesquisadora - nesse *entre* psicanálise e feminismos - e traçar caminhos metodológicos que auxiliarão a circunscrever a forma como me aproximei da obra de Horney e a situar a própria obra da autora como um saber parcial e localizado.

Por fim, serão discutidos os operadores metodológicos utilizados para a leitura dos textos de Horney e para a compreensão dos movimentos que realizou em suas produções. A partir da leitura de *A destruição como origem do devir*, de outra pioneira da psicanálise, Sabina Spielrein (1912/2014), faremos a proposição da utilização da destruição e do devir como operadores metodológicos para a leitura de Horney em seus movimentos de crítica e produção no campo da psicanálise. Embora pareçam antagônicos, a partir de Spielrein poderemos sustentar que fazem parte de um mesmo movimento criativo que pressupõe a destruição para que algo de novo possa advir.

2.1 Reflexões metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise

Para discorrermos sobre as questões metodológicas que envolvem este trabalho, torna-se necessário iniciar com uma breve discussão acerca da pesquisa em psicanálise e, em especial, sobre o lugar do/a pesquisador/a. Parece um consenso entre vários autores que trabalham sobre a pesquisa psicanalítica que uma pesquisadora nesse campo está profundamente implicada enquanto sujeito com seu objeto de pesquisa (Caon, 1997; Diniz, 2010; Irribary, 2003). Nesse sentido, o conceito de transferência é um dos pontos fundamentais. Para Freud (1912/1976), a transferência na análise funciona tanto como motor quanto maior fonte de resistência, por isso o trabalho na transferência é questão fundamental para o trabalho analítico. Analogamente, pode-se pensar que na pesquisa algo semelhante se

passa: trabalhar a partir da transferência com o objeto de estudo, com o campo de pesquisa, com as/os autoras/es e os conceitos, sejam quais forem os escolhidos para traçar um caminho na pesquisa, é ferramenta fundamental para o processo da pesquisa.

Isso não significa necessariamente delimitar um distanciamento em relação ao que seria nosso e o que seria do objeto de pesquisa, como se os contornos dessa separação fossem facilmente identificáveis. Um dos autores da psicanálise que aporta elementos para pensar a relação entre pesquisador/a e objeto é Winnicott (1975), principalmente através do conceito de espaços/fenômenos transicionais. O espaço transicional denomina uma área intermediária que se situa no *entre*: entre o eu e o outro, algo se constrói possibilitando uma sobreposição de duas áreas. Afastando-se do embate entre algumas oposições binárias, Winnicott propõe um paradoxo: o viver criativo não se dá em forma de pura projeção, onde o sujeito predomina; nem na aproximação de um objeto totalmente externo e “real”, onde o objeto predomina - transitamos sempre por um espaço transicional que pressupõe um encontro singular *entre* sujeito e objeto. Embora o autor estivesse produzindo uma reflexão partindo do estudo sobre a constituição psíquica do bebê, a ideia de espaço transicional se expande:

Essa área intermediária da experiência, incontestada quanto a pertencer à realidade interna ou externa (compartilhada), constitui a parte maior da experiência do bebê e, através da vida é conservada na experimentação intensa que diz respeito às artes, à religião, ao viver imaginativo e ao trabalho científico criador (p. 30).

É possível pensar que, partindo de uma perspectiva winnicottiana, a separação pesquisadora/objeto torna-se um par binário obsoleto, justamente pois se considera esse espaço transicional - o encontro singular *entre* pesquisadora e objeto. Nesse sentido, a pesquisa não pode ser tomada como uma análise pessoal ou “espelho” da pesquisadora, tampouco como reflexão sobre um objeto apartado de si e pertencente a um exterior. A pesquisa será tomada, aqui, como uma criação que só pode ter lugar em um encontro no qual não se reivindica neutralidade nem projeção - ou seja, torna-se impossível tanto afirmar um olhar neutro sobre o objeto, quanto afirmar uma total produção subjetiva do objeto.

A transferência, enquanto o que se constrói em análise, pode ser pensada como esse *entre* analista e analisando, que é o único meio no qual se pode trabalhar em psicanálise, conforme anteriormente mencionado a partir de Freud. De forma análoga, é nesse *entre* que se pensará a transferência em pesquisa como o meio no qual é possível pesquisar em psicanálise.

Seguindo com Winnicott (1975) e com a reflexão sobre o espaço transicional onde a criação se dá, outra ferramenta de pesquisa potente pode ser sua afirmação de que só é possível criar a partir de uma base de tradição. A partir disso, pode-se considerar que é através de um contexto e do que foi criado antes de nós que podemos, nesse *entre - entre* campos de saber, *entre* pesquisador e objeto, *entre* eu e outro - criar algo autoral em pesquisa a partir de um lugar singular de sujeito pesquisador/a. Isso não significa necessariamente trabalhar no sentido de manter uma tradição, pelo contrário: partindo dela, podemos criar uma leitura própria, mesmo que seja totalmente diversa da tradição.

Uma metodologia que pressupõe esse lugar *entre* não sustenta, de forma alguma, a submissão do objeto de estudo a uma teoria pré-estabelecida. Segundo Winnicott (1975), a interpretação, em análise, fora dessa área intermediária do espaço transicional é doutrinação e produz uma submissão do sujeito. Aqui pensaremos, em paralelo, que a aplicação da teoria de forma não situada - sem levar em conta a transferência *entre* pesquisadora, objeto e autoras - é doutrinação. Ou seja, a aplicação em repetição da teoria acaba por fazer dela uma doutrina rígida, inflexível e sem possibilidade de movimentação. Tomando o exemplo de Freud, sabemos que a ideia de doutrina é contrária a psicanálise, campo híbrido e sempre em construção e reinvenção desde o início.

No sentido das discussões metodológicas realizadas até aqui sobre a pesquisa em psicanálise e, principalmente, sobre o lugar do/a pesquisador/a, o preâmbulo que abre esta dissertação traz, de certa forma, um componente metodológico, pois situa o trajeto que me levou ao objeto de pesquisa deste trabalho, ressaltando aspectos transferenciais do meu lugar singular de pesquisadora no encontro com a obra de Karen Horney. Foi a partir de angústias, questionamentos e um certo encantamento com a leitura dessa autora que um problema de pesquisa pôde ser delineado e levado adiante, tendo como motor minha implicação com o tema.

2.2 Contribuições metodológicas de estudos feministas

Cabe agora trazer algumas contribuições feministas de relevância para refletir sobre metodologia de pesquisa, que podem somar-se às discussões da psicanálise sobre o tema de forma a enriquecê-las. É consenso em psicanálise que o sujeito sempre fala a partir de um lugar de enunciação. Por outra via, Djamilla Ribeiro (2017) discorre sobre o conceito de lugar de fala, muitas vezes utilizado de forma bastante deslocada do proposto pela autora. O entendimento que se tem desse conceito no senso comum frequentemente refere-se à necessidade de uma vivência empírica desde um determinado lugar identitário do social para

que se possa falar sobre um assunto; é o observado quando uma pessoa branca afirma que “não tem lugar de fala” para discorrer sobre racismo, por exemplo. Talvez isso se refira mais a uma apropriação do conceito no âmbito das redes sociais do que ao que a autora de fato propôs em seu texto.

Ribeiro (2017) explicita que todo mundo tem lugar de fala: no cerne de um laço social pautado pelo racismo estrutural, todo sujeito fala de um lugar racializado. Isso aponta que uma pessoa branca pode falar de racismo, mas sempre falará do lugar de uma pessoa branca que, no que diz respeito ao racismo, é um lugar de privilégio. Ao mesmo tempo, habitar um lugar de privilégio em relação a determinado marcador social da diferença não exclui outros atravessamentos, sendo necessário enfatizar uma abordagem interseccional para a compreensão do lugar de onde um sujeito pode falar em determinado contexto cultural. Na interlocução entre a psicanálise e o conceito de lugar de fala, podemos pensar que o sujeito só pode enunciar de seu lugar, que é circunscrito à cultura à medida que o sujeito nela se constitui. Portanto, em uma cultura marcada pelo discurso hegemônico do patriarcado heterocolonial, como nomeado por Preciado (2019), a incidência subjetiva de alguns lugares sociais não é irrelevante. Nessa leitura, o lugar de enunciação do sujeito não diz respeito a categorias psicanalíticas abstraídas de um contexto, mas enlaçadas a uma cultura racista, patriarcal, colonial.

Daí pode-se refletir que a tomada do lugar de agentes de produção do conhecimento por sujeitos que não o homem branco europeu cisgênero e heterossexual, aquele tomado enquanto norma universal, é fundamental para a produção de movimentações epistemológicas no saber ocidental, mas por si só não garante essas movimentações. Na leitura aqui proposta, portanto, a questão do lugar de fala é tomada como indicada por Ribeiro (2017), que compreende as limitações do lugar de onde um sujeito pode falar em determinado contexto cultural e as implicações desse lugar na produção de conhecimento, ao mesmo tempo que aponta a insuficiência da representatividade por si mesma. Conforme a autora, há a necessidade de questionamento do privilégio epistêmico e, também, das bases epistemológicas que fundam a produção dos saberes ocidentais hegemônicos. Uma coisa não se basta por si só, nem exclui a outra. O privilégio epistêmico se manifesta na colonização do pensamento a partir de uma matriz branca, masculina e europeia que se intitula universal e busca univocidade na construção de conhecimento acadêmico. O conceito de lugar de fala nos auxilia a nomear o dito sujeito universal, racializá-lo, localizá-lo e apontar o movimento de colonização impresso no conhecimento acadêmico, ao entender que o lugar de agente na produção desse conhecimento foi historicamente ocupado por esse sujeito específico,

enquanto a outras subjetividades foi sistematicamente impedido o acesso à academia. Sendo assim, apenas a fala de alguns recebeu reconhecimento e autoridade nesse contexto.

Ao mesmo tempo, isso não significa que um sujeito não possa falar sobre determinado assunto, mas que fala a partir daquilo que o constitui enquanto sujeito em uma cultura. Assim, a produção de conhecimento nunca é abstrata e universal, mas situada e contingente, na mesma esteira do que aponta Haraway (1995). A autora, através do conceito de saberes localizados, utiliza a visão como metáfora para pontuar a que a produção de conhecimento sempre é parcial:

Gostaria de continuar apoiando-me metaforicamente num sistema sensorial muito difamado no discurso feminista: a visão. A visão pode ser útil para evitar oposições binárias. Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas [...] (p. 18).

Para reflexões metodológicas, os conceitos citados acima auxiliam ao passo que situam que uma pesquisa, nesse sentido, nunca pode pretender-se total, pois traz consigo a marca de atravessamentos subjetivos e socioculturais que apontam um limite. Ao mesmo tempo, esse limite da localização da produção de conhecimento pode ser também um potencializador do trabalho. Haraway (1995) elabora, a partir disso, o que chama de objetividade feminista, que não se pretende total e não se paralisa por isso; ao contrário, traz na admissão de sua parcialidade sua maior potencialidade: “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (p. 21).

Neste trabalho, as noções abordadas nesta seção têm relevância não apenas porque esta escrita pode ser pensada como algo que se situa entre psicanálise e feminismos, nem apenas para situar meu lugar de pesquisadora branca, cisgênera, do sul do país, no meio de

uma pandemia que atingiu o Brasil em um momento histórico absurdo. Essas contribuições feministas serviram, também, de ferramenta para a leitura de Karen Horney, autora alemã que emigrou para os Estados Unidos na década de 1930, branca, de classe média, que aproveitou várias das portas recém abertas pelo feminismo europeu do fim do século XIX e início do século XX, tais como: frequentar a universidade de medicina, escrever e publicar textos acadêmicos, separar-se do marido, tornar-se mãe e seguir tendo vida profissional ativa, entre outras. Veremos adiante neste trabalho que a própria Horney compreendia os atravessamentos históricos e culturais como de extrema relevância subjetiva e para a própria produção de conhecimento. Nesse sentido, e a partir das discussões metodológicas aqui exibidas, buscaremos, ao longo do texto, operar com as noções de lugar de fala, saberes localizados e objetividade feminista, ao situar a obra e os conceitos da autora em seus enlacs históricos e culturais, em suas limitações e potencialidades. Mais do que elaborar uma discussão teórica sobre esses conceitos neste capítulo, nos interessa operar com esses conceitos na pesquisa e na escrita.

2.3 Destruição e devir como operadores metodológicos

Ao longo do percurso do mestrado, outros operadores metodológicos foram se esboçando e tomando importância. Conforme a leitura, escrita e divulgação¹⁰ da obra de Karen Horney foi avançando, percebemos cada vez mais se delinear um movimento de crítica e construção que possibilitou sua escrita e sua criação dentro da psicanálise. Foi a partir de seu lugar de psicanalista, implicada na teoria e na clínica, que Horney teceu duras críticas a alguns conceitos psicanalíticos e seus efeitos clínicos e ético-políticos, sem, com isso, propor um abandono da psicanálise. Ela própria explicita em seu texto sua intenção: a ideia é de que algumas premissas condicionadas historicamente e alguns preconceitos sociais possam ser destruídos para que a psicanálise possa avançar por novos rumos (Horney, 1926/1991; 1939/1966). Por mais que pareça atual, isso se referia ao contexto da psicanálise principalmente nas décadas de 1920 e 1930.

O movimento de crítica e criação dentro da psicanálise foi ficando gradualmente mais evidente em todos os âmbitos analisados no presente trabalho. Por conta disso, houve a lembrança do texto *A destruição como origem do devir*, de autoria de Sabina Spielrein

¹⁰ Tive a oportunidade de ministrar dois cursos de extensão sobre a autora na UFRGS, de forma online e síncrona, com a parceria da orientadora desta dissertação, Andrea Ferrari. O primeiro contou com 20 inscrições, no segundo abrimos para 40, e tivemos participantes, em sua grande maioria mulheres profissionais de psicologia interessadas por psicanálise, de vários estados do Brasil. Foi uma experiência que enriqueceu muito a escrita deste trabalho, e me mostrou, por um lado, o interesse na autora, e por outro, o desconhecimento de sua obra, mesmo entre psicanalistas.

(1912/2014), com o qual tenho uma relação de longa data, digamos. A lembrança foi reforçada a partir de minha participação em um curso online da professora Renata Cromberg, principal pesquisadora da vida e obra de Spielrein no país. Escutando a fala da professora sobre esse texto conhecido por mim há alguns anos, pelo interesse nas pioneiras da psicanálise, e retomando sua leitura, foi-se delineando a noção de que os conceitos de destruição e devir, tais como trabalhados por Spielrein na obra citada, poderiam ser operadores metodológicos na leitura de Karen Horney e seus movimentos na psicanálise.

Nesse texto, Spielrein (1912/2014) delimita um problema: a ambivalência no campo da sexualidade. Questiona-se sobre a frequência com a qual a angústia e a aversão acompanham o prazer, mesmo que de forma velada, em especial em relação ao ato sexual. Segue trazendo uma contribuição de Jung, que sublinhava que o fato de sermos fecundos significa, também, que seremos destruídos, pois as novas gerações da humanidade ultrapassam as anteriores. Para pensar esse problema, a autora começa ancorando-se na biologia, fazendo uma analogia com a criação de um novo ser humano. Para que isso aconteça, as células que tomam parte na fecundação precisam ser, de certa forma, destruídas: cada uma é destruída em sua unidade para que uma nova vida possa nascer.

Partindo daí, Spielrein continua com algumas de suas concepções mais pioneiras para pensar o psiquismo e a sexualidade, para além do prazer e do desprazer¹¹. De maneira resumida, a autora afirma que se, por um lado, existe a pulsão de autoconservação, por outro existe uma pulsão de procriação, ou de conservação da espécie. Enquanto a pulsão de autoconservação busca uma diferenciação do Eu a partir de um todo da espécie, a de procriação busca exatamente um direcionamento a esse todo, uma diluição do Eu no “nós”. Como somos constituídos a partir de uma história cultural da espécie, da humanidade, carregamos dentro de nós marcas desse todo:

Assim, a vida psíquica não se extingue de forma proporcional à degradação dos sentimentos de prazer e desprazer. Certamente a necessidade de diferenciação e da realização de desejos pessoais se extingue, mas, por outro lado, há também a assimilação (ou seja, a diluição) das representações diferenciadas do Eu pelas representações que influenciaram culturas inteiras, ou seja, a transformação em representações típicas e imemoriais da espécie (Spielrein, 2012/2014, p. 241).

¹¹ Cabe aqui ressaltar que, em 1912, a psicanálise freudiana se pautava nesses conceitos. Apenas em 1920 o autor introduz o conceito de pulsão de morte, segundo Cromberg (2014), em muito proveniente do próprio texto de Spielrein.

Inclusive a criação artística, para Spielrein, indica uma transformação daquilo que é absolutamente pessoal em algo que possa ser endereçado ao geral, ao comum, à custa do indivíduo. Portanto, o Eu, de certa forma, se dilui e se destrói para uma nova criação - o que não significa uma destruição total, pois sempre existem novas possibilidades de diferenciação e diluição, e porque essa destruição invoca uma nova criação, uma transformação:

[...] o que significa essa diluição da partícula do Eu senão a morte? Realmente, ela volta a aparecer em uma nova forma, talvez mais bela, mas ela não é a mesma partícula do Eu, e sim um Outro à custa dessa partícula [...] (p. 242).

Assim, Spielrein postula que “a principal característica de um indivíduo consiste no fato de ele ser um indivíduo” (p. 237), um Eu dinâmico, sempre em transformação, criando novos devires que, necessariamente, dependem de uma certa destruição do estado anterior. Com isso, a autora compreende que a destruição não é mero oposto da criação, mas parte de um processo de devir, pois há uma intenção criativa na destruição (Cromberg, 2014).

Cromberg (2014) informa que esse texto de Spielrein foi apresentado na Sociedade Psicanalítica de Viena em 1911, de forma parcial, sob o título *Da transformação*¹². Olhando para a obra de Karen Horney, podemos notar como o devir e a transformação tomam parte ao longo de suas escritas, sempre como o fundo sobre o qual tece suas críticas e contribuições. Através da leitura de sua obra, notamos a destruição operar não no sentido de uma crítica vazia, que sugere o abandono da psicanálise; pelo contrário: em Horney, a destruição adquire as cores pintadas por Spielrein, como condição para o devir, a transformação. Horney busca, assim, uma transformação da psicanálise, novos rumos para o campo, sem abandoná-lo ou abrir mão de alguns conceitos fundamentais, principalmente do inconsciente freudiano.

Buscaremos, portanto, ao longo dos capítulos que se seguem, utilizar os conceitos de Spielrein de destruição e devir como operadores metodológicos para a leitura de Horney, evidenciando as críticas que são, justamente, ponto de partida para suas propostas mais pioneiras. Em todos os capítulos, veremos que a autora partiu de sua implicação na psicanálise, de suas inquietações e de seu lugar político, para propor destruições e devires teóricos.

¹² Ela foi a segunda mulher a conseguir se filiar a essa Sociedade, após Hilferding (Cromberg, 2014), já mencionada neste trabalho.

2.4 Costuras

O que Winnicott, Djamilla Ribeiro, Donna Haraway e Sabina Spielrein fazem juntos nesta seção de método? Pode parecer, pelo inusitado desse encontro, que a escrita da metodologia se deu no estilo “salada de frutas”, misturando trechos de autoras/es sem rigor. Este foi, inclusive, um receio que me atravessou ao escrever esta seção e que provocou com que fosse a última a ser finalizada nesta dissertação. No entanto, todos os autores e autoras trazidos aqui têm um lugar de relevo em minha trajetória de pesquisadora e guiam, de fato, a escrita desta dissertação.

Com Winnicott, podemos pensar sobre o lugar paradoxal de encontro do pesquisador e seu objeto em um campo intermediário, no *entre* que permite a produção singular na pesquisa psicanalítica. Minha leitura - ou nossa leitura - não se pretende total, não pretende uma apresentação objetiva da obra de Horney, sem, por outro lado, recair numa total projeção sobre a obra da autora. Meu encontro com a autora produziu essa escrita, e essa é uma das narrativas possíveis sobre a obra de Horney no que tangencia à feminilidade e a diferença sexual.

Entretanto, com as contribuições feministas para a metodologia, aqui representadas principalmente por Ribeiro e Haraway, sabemos que esse encontro não se dá em um espaço abstrato e universal, mas ancorado nas especificidades que me circundam enquanto pesquisadora branca, cis, brasileira, da UFRGS, vivendo uma pandemia no governo Bolsonaro, me deparando com a obra de uma pioneira da psicanálise, alemã, também branca e cis, nascida em 1885, que se mudou para os Estados Unidos na década de 1930. Todos esses aspectos, e diversos outros, não podem ser separados deste texto, evidenciando que é uma produção de saber situada, localizada, parcial, sem que isso signifique uma limitação tão somente, mas uma potência. Afinal, nenhuma produção de saber é universal, e reconhecer essa noção, afirmá-la e operar com ela ao longo do trabalho o tornam mais potente.

Por fim, Spielrein forneceu os operadores metodológicos com os quais poderemos interpretar os movimentos de Horney na psicanálise, no que tange à feminilidade e a diferença sexual, temas que constituem o problema de pesquisa desta dissertação. Pensar destruição e devir como partes de um mesmo processo de criação e transformação auxiliam a compreender o que Horney propôs em seus textos e sua atuação enquanto psicanalista.

3. FEMINILIDADE ESPECÍFICA

Eu tive as minhas primeiras dúvidas ativas a respeito da validade de teorias psicanalíticas quando conheci o conceito freudiano a respeito da psicologia feminina [...]

A respeito da pretendida inferioridade da mulher, Freud fez uma observação, que é um alívio, vindo dele: “É preciso não esquecer, entretanto, que apenas descrevemos as mulheres, na medida em que sua natureza está determinada por uma função sexual. A influência desse fator é, naturalmente, de grande alcance, mas é preciso não esquecer que uma mulher, mesmo excluindo esse fator, pode continuar sendo um ser humano” (o grifo é meu). Eu estou convencida de que Freud realmente pensava assim, mas seria bom que essa ideia a respeito das mulheres ocupasse um lugar maior no seu sistema teórico.

Karen Horney

Nos capítulos que seguem, buscaremos nos aproximar das produções de Karen Horney no que tange à feminilidade e à diferença sexual. Para isso, partiremos da crítica elaborada pela autora às concepções mais difundidas sobre essas temáticas à sua época, pois sustentamos que são justamente esses apontamentos críticos que possibilitaram outras leituras à autora. Notaremos que Horney tece críticas baseadas em estranhamentos como analista mulher, em sua escuta de homens e mulheres, em seus estudos nas áreas de antropologia e sociologia e, até mesmo, em discursos sobre o corpo ou uma dita biologia. Convém ressaltar, neste ponto, que, embora fizesse rupturas interessantes à época, a teorização de Horney pode reproduzir essencialismos binários em certos momentos, principalmente quando a autora recorre à ancoragem na anatomia para discorrer sobre alguns tópicos.

Horney buscou afirmar uma leitura de feminilidade específica, que não estivesse totalmente referenciada no homem como ideal de sujeito, partindo tanto de preceitos biológicos sobre o lugar da vagina no psiquismo quanto de articulações com o lugar da cultura na constituição da feminilidade. Podemos pensar que esteve em sintonia com o espírito de seu tempo ao refutar uma visão “negativada” de mulher oposta ao sujeito universal masculino, pois um exercício análogo agitava os movimentos feministas europeus do início do século XX, que buscavam a afirmação das mulheres como sujeitos políticos independentes de suas relações com homens. Mesmo nunca se afirmando como feminista, no campo da psicanálise a autora abriu caminhos para pensar a mulher de maneira diferente do que se

pensava até então, sublinhando especificidades, a pluralidade de formas nas quais as mulheres se apresentavam na clínica, seus desejos, fantasias e devires da sexualidade muito além da referência da inveja do pênis, conceito chave da época para delimitar a feminilidade.

Neste capítulo, apresentaremos inicialmente as críticas pioneiras de Karen Horney no campo da psicanálise, notadamente ao conceito de inveja do pênis e seus derivados teóricos, para então discorrermos sobre algumas das leituras alternativas que a autora propôs em sua obra ao longo do tempo para pensar a feminilidade e a diferença sexual. Convém lembrar, contudo, que sua produção não é necessariamente homogênea e foi tendo modificações importantes, especialmente no início da década de 1930. Portanto, mesmo que tenha sugerido entendimentos muitas vezes essencialistas sobre a feminilidade, embora de forma totalmente diversa da de Freud e outros autores da época, percebemos que suas aproximações com o que ficou conhecido como culturalismo provocou movimentações importantes em suas abordagens da feminilidade e da diferença sexual. Isso será abordado em maior profundidade no próximo capítulo.

3.1 A crítica de Horney ao referencial masculino

Nas décadas de 1920 e 1930, como mencionado anteriormente, a discussão sobre sexualidade feminina e feminilidade foi protagonista no campo psicanalítico, o que esteve relacionado, segundo o próprio Freud (1933/2006), ao aumento da participação de analistas mulheres na produção teórica neste campo. Dentro desse cenário, psicanalistas debruçaram-se sobre conceitos como inveja do pênis, masoquismo feminino e feminilidade normal, para citar alguns. Nesse contexto, conforme salientamos previamente, Karen Horney não foi a única autora a questionar alguns pressupostos psicanalíticos da época, acompanhada de nomes como Jeanne Lampl-de-Groot e Melanie Klein¹³, entre outras (Rosa & Weinmann, 2020). Contudo, foi a primeira a tecer apontamentos enfáticos sobre os atravessamentos da estrutura do patriarcado na produção psicanalítica (Garrison, 1981; Sayers, 1992), assim como muitas outras o fizeram e ainda fazem depois dela.

Um dos pontos iniciais do qual Horney (1926/1991) parte nesse empreendimento é o de questionar o que chama de unilateralidade das pesquisas psicanalíticas até aquele momento, apontada pelo próprio Freud (1923/1996; 1933/2006), que salientou que até ali¹⁴

¹³ Jeanne Lampl-de-Groot (1895-1987), psicanalista holandesa, e Melanie Klein (1882-1960).

¹⁴ Freud se refere ao fato de tomar a perspectiva do menino para pensar a menina em diversos momentos, e é em um texto de 1925, *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, que ele próprio afirma se propor pela primeira vez a pensar especificidades do desenvolvimento psicosexual na perspectiva da menina.

baseava-se apenas no ponto de vista do menino, tomando-o como referência para presumir alguns aspectos da sexualidade feminina. Para mostrar essa unilateralidade, a autora começa por reconhecer que, naquela época, os principais pressupostos teóricos da psicanálise foram construídos por homens de uma determinada cultura, apontando um viés nos agentes de produção do conhecimento e as possíveis influências disso na psicanálise enquanto corpo teórico: “A psicanálise é criação de um gênio masculino, e quase todos os que desenvolveram as suas ideias são homens. É justo que desenvolvam com mais facilidade uma psicologia masculina [...]” (Horney, 1926/1991, p. 51). Em outro texto, a autora menciona que o narcisismo masculino poderia ser uma das razões pelas quais alguns conceitos psicanalíticos, como a inveja do pênis, não fossem problematizados, mas tomados como obviedades:

[...] admitimos como verdade axiomática que as mulheres se sentem em desvantagem por causa de seus órgãos genitais, sem que isto seja considerado um problema em si; possivelmente devido ao narcisismo masculino isso tenha sido por demais evidente para precisar de explicações (Horney, 1923/1991, p. 35).

Assim, ela levanta a questão sobre um possível viés na produção de conhecimento sobre a feminilidade no campo psicanalítico até aquele momento através do apontamento de uma hegemonia no lugar dos agentes de produção do conhecimento psicanalítico. Para Horney (1926/1991), a ideia de neutralidade na produção acadêmica e científica não procede, tendo em vista que toda a experiência contém um fator subjetivo. Como a psicanálise desde os primórdios se constituiu enquanto corpo teórico a partir da experiência clínica, as leituras teóricas possíveis referentes ao que se manifesta em análise não carregam apenas o conteúdo do que foi produzido pelo/a analisando/a, mas também “das interpretações que fazemos ou conclusões que tiramos de tudo isto” (p. 55). Através desse raciocínio, Horney afirmava que o fato de a grande maioria dos psicanalistas a teorizar sobre feminilidade, até a década de 1920, serem homens, produzia limitações em relação ao que poderia ser elaborado enquanto teoria e interpretações de material clínico. É interessante notar que a autora, para inserir um estranhamento em relação a algumas teorizações psicanalíticas, aponta seu lugar de analista mulher: “Agora, como mulher, pergunto atônita [...]” (p. 56). Assim como Freud (1933/2006) veio a fazer mais tarde, apontando as limitações de seu lugar enquanto homem para a abordagem de certos aspectos relativos ao que denominava feminilidade, antes disso Horney já apontava o quanto a posição subjetiva do/da analista aporta especificidades para a produção teórica que abarcam limitações e potencialidades. No trecho citado, explicita que é

a partir de seu lugar de analista mulher que pôde se perguntar sobre algumas produções psicanalíticas sobre a mulher.

Partindo da interlocução com as propostas do sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), que indicava que toda a noção de civilização era atravessada por sistemas hierárquicos de valorização que traziam o masculino como ideal e o feminino como inferior, Horney (1926/1991) entende que a psicanálise, no que se refere à feminilidade, também estava sendo “medida por padrões masculinos” (p. 54). Apoiando-se nisso, postula a necessidade de um novo olhar sobre algumas concepções psicanalíticas, a fim de evitar que seguissemos enquadrando tudo o que de novo pudesse surgir na clínica dentro de ideias já definidas sobre feminilidade.

Se, por um lado, Horney apontava a perspectiva hegemônica dos autores homens na psicanálise como um aspecto da unilateralidade das pesquisas psicanalíticas, por outro destacava o referencial masculino também acerca do objeto de estudo. Ou seja, como Freud (1923/1996; 1933/2006), notava que a maior parte das produções psicanalíticas até a metade da década de 1920 baseavam-se apenas no desenvolvimento psicosssexual do menino, inferindo que a menina deveria seguir caminho oposto - quase como um negativo do curso da constituição edípica do menino.

Como efeito disso, Horney (1926/1991) entende que as ideias correntes à época sobre o desenvolvimento feminino quase que não diferiam das ideias típicas que um menino teria sobre uma menina em relação à diferença sexual. Isto é, se o menino valoriza seu pênis, apreende sua ausência nas meninas e faz a leitura de que são castradas e, portanto, inferiores, a menina iria valorizar o pênis e invejá-lo a partir da apreensão de sua ausência em si mesma, e se veria como castrada e inferior. A autora problematiza essa concordância demasiada e propõe pensar em algo específico da feminilidade, que não parta necessariamente de um ideal de sujeito masculino e da noção de primazia do falo sugerida por Freud (1923/1996), que tomava o falo como referência para compreender a constituição da sexualidade de meninos e meninas, afirmando que, na infância, só o “órgão masculino” teria papel psíquico. Para demonstrar esse aspecto da unilateralidade das pesquisas, Horney (1926/1991) chega a elaborar um quadro no qual compara ideias psicanalíticas sobre feminilidade e os pensamentos do menino sobre a menina, expondo assim sua visão de que há um alinhamento excessivo entre eles. A partir desse recurso gráfico, a autora busca demonstrar que a psicanálise parecia teorizar apenas tomando o ponto de vista do menino em relação à menina, apontando a insuficiência dessa perspectiva e a necessidade de construir novos olhares sobre

a feminilidade que não fossem apenas um espelhamento da trama edípica do menino. Transcrevo abaixo o quadro (Horney, 1926/1991, p.54):

O QUE O MENINO PENSA	NOSSAS IDEIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO FEMININO
Suposição ingênua de que as meninas também possuem pênis	<i>Para ambos os sexos apenas a genitália masculina tem alguma atuação</i>
Compreensão da ausência do pênis	<i>Triste descoberta da ausência do pênis</i>
Ideia de que a menina é um garoto mutilado, castrado	<i>Crença de que a menina teve pênis e o perdeu pela castração</i>
Crença de que a menina sofreu um castigo que também o ameaça	<i>A castração é concebida como castigo</i>
A menina é considerada inferior	<i>A menina se considera inferior. A inveja do pênis</i>
O menino é incapaz de imaginar como a menina pode vencer esta perda ou inveja	<i>A menina jamais se recupera do sentimento de inferioridade e deficiência e precisa constantemente controlar o desejo de ser homem</i>
O menino teme a inveja dela	<i>A menina deseja a vida inteira vingar-se do homem por ele possuir algo que lhe falta</i>

Além disso, ao longo de sua obra, em muitos momentos Horney (1926/1991; 1931/1991; 1935/1991; 1939;1991) aponta atravessamentos culturais nos entendimentos psicanalíticos sobre diferença sexual e feminilidade, sugerindo que preconceitos advindos do social estavam influenciando algumas teorizações sobre esses temas, o que impedia a psicanálise de avançar. Esses preconceitos estariam ligados a efeitos do patriarcado, como o referencial masculino enquanto ideal, a inferiorização das mulheres, a expectativa de que mulheres só se interessassem na vida do lar e na maternidade, entre outros (Horney, 1926/1991; 1934/1991). O chamado culturalismo da autora tomou espaço, notadamente, no

decorrer de seus textos, tornando-se mais evidente e enfático em seus trabalhos mais recentes, e será discutido em maior profundidade no capítulo seguinte.

Nessa via, Horney alertou para a presença de uma ideologia masculina estruturante da cultura e suas repercussões, tanto na teoria psicanalítica, quanto na constituição dos sujeitos e na forma como escutamos as manifestações clínicas em análise. Cabe ressaltar, neste ponto, que muito do que Karen Horney propõe em termos de leitura teórica apoia-se em sua experiência clínica com mulheres (Horney, 1923/1991; 1926/1991). Partindo de sua escuta de mulheres e do seu próprio lugar de analista mulher, como ela mesma sublinha (Horney, 1926/1991), propôs a necessidade de questionar, por exemplo, por que a feminilidade era entendida como referenciada sempre à inveja do pênis como primordial e universal, como ponto de partida da sexualidade feminina, pois refutava que esse entendimento refletisse o que estava encontrando em sua prática clínica.

Na verdade, Horney (1939/1966) chega a afirmar que, naquele momento, os analistas estavam deixando-se levar por um modo de pensar viciado que interpretava qualquer manifestação clínica vinda de pacientes mulheres através da chave de leitura da inveja do pênis. As mais diferentes ambições, desejos, sintomas, expressões de sentimentos, sonhos, tinham seus caminhos traçados até a inveja do pênis. Ela conclui: “De fato, são muito poucos os traços do caráter feminino que não são supostos ter origem da inveja do pênis” (p. 87). Notamos, aqui, uma crítica sobre a pré-concepção de que a feminilidade estaria sempre fundamentalmente ancorada na inveja do pênis e os efeitos disso na clínica. Para ela, essa disposição dos analistas em compreender qualquer manifestação clínica de mulheres a partir da chave de leitura da inveja do pênis provocava ruídos na escuta, impossibilitando a abertura para outras interpretações possíveis por conta de uma concepção teórica enrijecida.

Em variados momentos de sua obra, Horney (1926/1991; 1931/1991; 1932/1991; 1935/1991; 1939/1966) critica o papel central que o conceito de inveja do pênis tomou para pensar a feminilidade. Para ela, dava-se pouca importância ao fato de os meninos também frequentemente manifestarem inveja de características físicas atribuídas à mulher, tais como os seios e a possibilidade de gestar. Horney (1923/1991; 1926/1991; 1931/1991; 1932/1991) entendia que a inveja do pênis poderia, de fato, ser predominante em determinado momento da constituição psíquica, quando a menina compara sua capacidade de explorar seus genitais com a do menino, que os teria mais visíveis. Apontava, também, que o fato de ao menino ser permitido manipular e explorar seus genitais ao urinar poderia causar a impressão, na menina, de que a ele era permitido maior gratificação por meio da masturbação, o que traria algum nível de ressentimento. Entretanto, não considerava que isso fosse o suficiente para causar na

menina ferida narcísica tal que a fizesse sentir-se inferior, abandonar a masturbação do clitóris e seguir ao longo da vida toda, em algum grau, buscando compensar a ausência do pênis.

Uma das razões pelas quais afirmava a insuficiência dessas colocações seria que, a partir de premissas da própria psicanálise freudiana, dificilmente abandonamos uma fonte de prazer já experimentada (Horney, 1935/1991). Portanto, a ferida narcísica da menina ao dar-se conta da ausência do pênis teria de ser intensa e profunda a ponto de causar tal reviravolta na constituição da menina. Contudo, essa inveja não poderia ser fundamentada a nível biológico tendo em vista o papel da mulher na reprodução, que Horney considerava decididamente maior que o do homem, sua capacidade de gestar e nutrir (Horney, 1926/1991; 1931/1991). A autora sustenta que, a nível da luta social de reivindicação por maior ocupação dos espaços públicos por mulheres, a possibilidade da maternidade poderia ser vista como desvantagem, naquele momento cultural (Horney, 1926/1991). Mas aponta que, na psicanálise, até aquele momento, a inveja do pênis era pensada a nível biológico e anatômico, e não social. Ou seja, pensava-se que a mulher invejava o pênis por ele próprio, por sua superioridade, por ver-se como fisicamente castrada, e não pelas vantagens sociais que ser homem trazia àquele momento. Por conseguinte, a autora alega que, biologicamente, a inveja do pênis não teria como ser sustentada enquanto central na constituição das mulheres. A comparação do tamanho do pênis e do clitóris em relação à possibilidade de urinar em pé e de olhar e tocar o membro ao urinar, para Horney (1926/1991), teria um papel limitado de importância pré-genital; contudo, a contrapartida da inveja da mulher seria tão importante ou maior e, ao contrário da inveja do pênis, não era considerada teoricamente, nem encontrava lugar na psicanálise ao pensar o desenvolvimento psicosssexual do menino, tendo em vista a noção freudiana de primazia do falo e sua afirmação de que a vagina era desconhecida até a puberdade. Para ela, o lugar da mulher referente à possibilidade da maternidade seria uma vantagem biológica, que causaria inveja duradoura nos homens desde a infância, por ter mais importância a nível genital, e se sobreporia, nas meninas, à inveja do pênis.

Além disso, ainda no âmbito da anatomia, a autora apontava as limitações no entendimento do papel da vagina no psiquismo das crianças. Freud (1923/1996) afirmava que a vagina seria desconhecida até a puberdade e, mais tarde, valorizada justamente como abrigo para o pênis e, eventualmente, para um bebê, visto como substituto do pênis. Enquanto isso, Horney (1933/1991) compreendia, a partir de sua experiência clínica com mulheres, tomando fantasias de suas pacientes, que a vagina não era desconhecida, causava sensações e era objeto de investimento psíquico das meninas, não apenas como possível receptor futuro do

pênis, além de suscitar formas específicas de masturbação. Também neste ponto, discordava de alguns posicionamentos freudianos sobre as consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos, pois o autor relacionava a inveja do pênis e a relevância desse órgão para meninos e meninas ao desconhecimento da vagina na infância. Para Horney (1926/1991; 1933/1991), outra limitação do conceito de inveja do pênis seria essa premissa errônea de que a vagina não teria efeitos psíquicos na infância. Na seção seguinte deste capítulo, as considerações da autora sobre esse ponto serão analisadas mais detidamente.

Em resumo, em termos biológicos e anatômicos, Karen Horney argumentava que a inveja do pênis e o desejo de masculinidade não se sustentavam. Não haveria motivos, no âmbito estritamente biológico, para que a inveja do pênis tivesse papel tão importante e duradouro no psiquismo das mulheres e a inveja do útero e de outros atributos não tivesse o mesmo papel para homens. Aliás, se a inveja do pênis só se sustentava em relação a um momento pré-genital e a vagina não era desconhecida, como afirmou a autora, ler a feminilidade com centralidade nesse conceito não faria mais sentido.

Se fosse tomada a nível social, a inveja do pênis poderia abrir outras discussões. Horney (1926/1991; 1934/1991) apontou, por exemplo, que as mulheres ocidentais de classe média dispunham de menos saídas sublimatórias para a inveja do que os homens, tendo muitas esferas da vida limitadas ou restritas por imposições sociais. Indicou, ainda, que a “ideologia masculina” de que as mulheres são inferiores e de que todos os aspectos valorizados da cultura humana são relacionados ao masculino é introjetada desde cedo, fazendo com que as meninas cresçam interiorizando o olhar que as colocam como inferiores. Apesar de entender que a inveja do pênis não seria apenas um reflexo desse aspecto da cultura ocidental de seu tempo, considerava que era fundamental compreender o complexo cultural que fazia com que ela fosse tão facilmente aceita como central e universal, restringindo as possibilidades de pensar a feminilidade para além dela.

Ademais, a autora criticou a generalização do uso do conceito de inveja do pênis, amplamente adotado como norteador clínico e teórico à época (Horney, 1939/1966). Apontava que a experiência clínica da psicanálise com mulheres neuróticas não refletia, necessariamente, um paradigma para pensar as mulheres como um todo. Defendia que a dita inveja do pênis não poderia ser presumida como universal a partir de um número de experiências limitado com mulheres neuróticas, e que talvez não tivesse nenhum papel na vida de mulheres “normais”. Cabe lembrar, neste ponto, que por mais que a psicanálise tenha borrado as fronteiras entre normal e patológico desde seu início, na época em que Horney escrevia seus textos iniciais era comum ainda haver uma certa divisão entre sujeitos

neuróticos e “normais”. Ao longo de sua obra, em publicações posteriores, a autora segue um caminho diferente, problematizando os conceitos de “neurose” e “normalidade” e discutindo seus atravessamentos na psicanálise (Horney, 1937/1977; 1939/1966). Contudo, no contexto mencionado anteriormente, a afirmação da autora vai na direção de pontuar que a psicanálise não poderia generalizar a inveja do pênis para todas as mulheres, a partir da experiência clínica com mulheres em sofrimento que traziam essa problemática.

Por fim, a autora também enfatizava a necessidade de não generalizar o que a psicanálise havia construído como feminilidade por razões culturais. A experiência com mulheres inseridas em um determinado complexo cultural, que entendia a feminilidade de uma maneira, atravessada por diversas pressuposições ideológicas, não poderia servir de parâmetro universal para todas as culturas (Horney, 1935/1991; 1939/1966). Esse ponto será discutido mais longamente no capítulo seguinte.

3.2 A feminilidade para além da inveja do pênis

Horney não se limitou às críticas. Muitas vezes, quando trabalha-se com os imbricamentos entre feminismo e psicanálise, existe a tendência de um enfoque nas críticas à psicanálise, que leva os/as psicanalistas a se questionarem: então, o que resta? Geralmente, essa pergunta implica que a crítica seria uma destruição da teoria, a partir da qual nada se coloca no lugar. Podemos entender, contudo, que o furo discursivo apontado pela crítica abre espaço, justamente, para novas construções que não seriam possíveis sem ela. Sabina Spielrein (1912/2014), embora não estivesse se referindo a isso especificamente, sustentou que a criação pressupõe a destruição. Ou seja, tomando a destruição como origem do devir, sugeriu uma ruptura com a dicotomia destruição *versus* construção/criatividade. Podemos transpor sua contribuição para o âmbito da construção da teoria, entendendo, assim, que as críticas que sugerem o abandono de alguns pressupostos fazem, justamente, a teoria avançar, como propôs também a própria Horney (1939/1966):

[...] ninguém, nem mesmo um gênio, pode-se libertar completamente do seu tempo e que, apesar da agudeza da sua visão, o seu pensamento é, de muitas maneiras, influenciado pela mentalidade de sua época. Reconhecer esta influência na obra de Freud, não só é interessante do ponto de vista histórico, como é importante para aqueles que se esforçam para entender, com maior profundidade, a intrincada e aparentemente obscura estrutura das teorias psicanalíticas (p. 35).

Assim, podemos pensar que a crítica à teoria freudiana da feminilidade baseada na inveja do pênis foi fundamental para que Karen Horney pudesse avançar em suas produções. Poderíamos considerar que essa crítica, por si só, já foi uma construção inovadora da autora para sua época. Não obstante, partiu dessas críticas para construir leituras próprias, apoiadas e em diálogo com outros/as autores/autoras.

Cabe ressaltar, neste ponto, que as produções de Horney tiveram lugar em uma época em que o próprio feminismo estava em destaque na Europa e provocando movimentações sociais importantes e recentes, das quais a própria Horney pôde se beneficiar: aberturas de turmas que aceitavam mulheres em universidades, reivindicações sufragistas, maior entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho, entre outras. Nesse ínterim, é importante lembrar que o feminismo branco e europeu do fim do século XIX e início do século XX esteve focado em reivindicar direitos às mulheres e afirmar um lugar de mulher que não fosse ligado apenas a estereótipos de fraqueza e inferioridade.

Essas considerações são importantes pois, mesmo que indiretamente, o trabalho de Horney se comunica com essa conjuntura. Quando propõe leituras da feminilidade alternativas às mais conhecidas à época, Horney produz um movimento de busca de afirmação de uma feminilidade que não estivesse totalmente referenciada no conceito de inveja do pênis. Na tentativa de teorizar sobre especificidades da feminilidade, a autora incorre, em muitos momentos, em visões essencialistas e biologizantes sobre feminilidade e diferença sexual. Constatamos em sua obra a existência de ideais cisheteronormativos, além da suposta linearidade entre feminilidade, mulher e útero/vagina. Assim, apesar da grande importância de seus textos para sua época e da possibilidade de utilizarmos algumas de suas formulações como ferramentas teórico-clínicas atuais, essa é uma ressalva importante, pois alerta para a necessidade de contextualização de suas proposições, para que não sejam inadvertidamente replicadas hoje sem leitura crítica.

Uma das primeiras propostas teóricas de Horney no sentido de pensar a feminilidade em suas especificidades foi a importância psíquica do útero e da vagina, ainda para a criança. Ao contrário de Freud, Horney (1933/1991), como referido anteriormente, não considerava que a vagina era desconhecida até a puberdade. A partir da experiência clínica com mulheres, a autora postulou que fantasias inconscientes referentes à vagina fazem parte da experiência infantil, bem como a masturbação vaginal - além da clitoriana. Portanto, Horney (1926/1991) considerava equivocado pensar a masturbação como masculina, noção introduzida por Freud (1923/1996) em relação à organização fálica a partir do correlato pênis-clitóris:

Serão estes fatos tão misteriosos, quando falamos de meninas, só porque sempre os vimos pelos olhos masculinos? É provável, quando nem mesmo lhes concedemos forma específica de onanismo e tranquilamente descrevemos como masculinas suas atividades autoeróticas. [...] E não vejo porque, apesar da evolução, não se possa aceitar que o clitóris faça parte integrante do aparelho genital feminino e a ele pertença legitimamente (Horney, 1926/1991, p. 61).

Para Horney (1926/1991, 1933/1991), a vagina provocaria consequências psíquicas específicas já na infância. Baseada em um modelo edipiano clássico, afirma que a menina teria fantasias de penetração em relação ao pai, assim como o menino teria fantasias de penetrar a mãe, por conta de sensações fisiológicas. A partir da experiência clínica, de sua leitura acerca das fantasias infantis de suas/seus pacientes e da observação de crianças, Horney sustentava que a vagina e as fantasias de penetração existiam desde os primórdios da infância. Para a menina, isso implicaria na angústia de castração frente à possibilidade de penetração pelo pênis desproporcionalmente maior do adulto, fazendo com que a angústia da menina tenha relação com a mutilação física. Enquanto isso, o menino sofreria de uma angústia narcísica frente à mulher adulta, já que seu pênis infantil seria sentido como pequeno demais para a penetração. Horney, à maneira de Freud, propõe então uma consequência psíquica da diferença anatômica entre os sexos, porém partindo de pressupostos diversos: enquanto Freud se baseia na primazia do falo, Horney parte da especificidade de cada órgão. Nesse ponto podemos pensar que ao passo que Freud parte de um monismo sexual para depois postular a diferença sexual, Horney parte desde o princípio de uma noção de diferença sexual baseada no paradigma de dois sexos.

Além disso, como Freud, a autora considera que as fantasias edipianas infantis são acompanhadas de práticas de masturbação. No caso da menina, Horney (1923/1991; 1932/191) propõe que a angústia de castração vinculada à mutilação corporal é demonstrada nas fantasias de pacientes que acreditavam ter provocado uma ferida interna ou buraco com a masturbação vaginal, acompanhadas de culpa pelas fantasias incestuosas em relação ao pai e medo de serem descobertas.

Horney (1926/1991; 1931/1991) afirma, ainda, que a possibilidade de gestar sugerida pela presença do útero faria com que mulheres tivessem seu papel na reprodução e no avanço da cultura humana garantido, através do potencial de criar e nutrir uma nova vida. Portanto, se a inveja do pênis tinha um lugar psíquico importante na comparação com meninos a nível pré-genital, a nível genital ela seria superada pela importância maior da mulher, segundo

Horney, para a manutenção da espécie. Os homens, ao contrário, teriam grandes dificuldades em superar a inveja do útero e dos seios, pelo seu papel biológico relativamente menor em relação à mulher no que tange à reprodução e manutenção da vida. Uma parte da razão pela qual os homens insistiam em inferiorizar as mulheres, mesmo em âmbito científico, segundo a autora, seria justamente a forte inveja reprimida e a angústia narcísica frente às mulheres. Essa grande inveja e o ressentimento em relação às mulheres seria, para ela, uma das fontes da construção de preconceitos sobre a mulher como a ideia de que é irracional, não é capaz de trabalho criativo e intelectual independente, é incapaz de justiça e objetividade, entre outros.

Em termos do desenvolvimento psicosssexual e suas influências biológicas e anatômicas, essas foram as principais propostas da autora em relação à feminilidade. Entretanto, com o passar dos anos, sua obra foi dando cada vez mais destaque ao papel da cultura, notadamente a partir do contato com algumas obras sociológicas e filosóficas, além de ginecologistas, antropólogos e biólogos, e da análise de produções científicas recentes e de criações culturais como teorias religiosas, mitologias e obras literárias. Ademais, o conhecimento de culturas diversas, principalmente após sua mudança para os Estados Unidos, também teve influência nas movimentações de sua produção:

A grande emancipação dos pensamentos dogmáticos que encontrei nos E.U.A. facilitou-me a tarefa de não aceitar, como certas, as teorias psicanalíticas e deu-me a coragem de prosseguir pelo caminho que considerava justo. Mais ainda, o familiarizar-me com uma cultura que em muitos pontos é diferente da europeia ajudou-me a compreender que muitos conflitos neuróticos, em última análise, são determinados por condições culturais (Horney, 1939/1966, p. 15).

Assim, suas contribuições mais tardias não apresentam mais uma crítica centralizada no reconhecimento das especificidades do que seria o corpo da mulher e sua constituição psíquica a partir da afirmação de uma feminilidade que não se ampara totalmente no masculino. Começaram a aparecer noções sobre um complexo cultural que prioriza ideais tidos como masculinos, que transmite às meninas desde cedo a crença de que são inferiores, além de estimular manifestações clinicamente interpretadas como masoquistas mais em mulheres que em homens.

Horney (1935/1991; 1939/1966) propunha, ainda, que as teorizações psicanalíticas não deveriam ser generalizadas ou tomadas como universais, e que contextos culturais diversos do europeu poderiam engendrar noções diferentes sobre feminilidade. Criticou

algumas ideias correntes à época sobre uma suposta disposição inata das mulheres a voltarem-se exclusivamente para os homens e a maternidade e indicou que mesmo leituras sobre o biológico ou o inato não revelariam uma pureza ou natureza referentes à feminilidade. Dessa forma, a autora propôs não apenas uma leitura do biológico que afirmasse uma especificidade do lugar da mulher não ancorada em ser o negativo do homem, como abandonou algumas premissas biologizantes para, futuramente, colocar em relevo o papel da cultura na constituição do que conhecia-se por feminilidade e na própria teoria psicanalítica. A seguir, veremos em mais detalhes como isso se manifestou em sua obra.

4. CULTURALISMO

Não mais é válido supor que uma nova descoberta psicológica revele uma tendência universal inerente à natureza humana. O efeito de tudo isso é confirmar o que alguns sociólogos têm asseverado reiteradamente: não há uma psicologia normal aplicável a toda a humanidade.

Karen Horney

Um dos principais traços pelo qual a obra de Horney ficou conhecida refere-se ao dito culturalismo que atravessa sua obra, isto é, ao fato de ter dado destaque em suas produções ao papel da cultura para o psiquismo. Não se pode dizer, contudo, que a atenção aos enlaces entre cultura e constituição psíquica são característica exclusiva de seu pioneirismo, pois sabemos que vários autores, incluindo o próprio Freud, também realizaram esse movimento em suas escritas. As iniciativas pioneiras de Horney nesse sentido se dão mais pela forma como a autora aborda a temática do que pela temática em si. Por esse motivo, torna-se relevante compreender algumas diferenças entre o lugar da cultura na obra freudiana, que servia de diretriz para a maioria dos autores à época, e na obra de Horney. Assim, podemos construir uma noção das especificidades da visão dessa autora sobre a cultura e suas divergências com o referencial mais adotado naquele período sobre esse tema.

Cabe ressaltar, ainda, que Horney não era a única a agregar novas leituras sobre o lugar da cultura para o psiquismo na psicanálise daquele momento, acompanhada de colegas como Alfred Adler¹⁵, Erich Fromm¹⁶ e outros. Malgrado o escopo deste trabalho não tenha como objetivo um aprofundamento nas demais produções do referido período sobre essa questão, a menção a esse fato se faz relevante à medida que notamos uma discussão ampliada sobre o culturalismo no âmbito psicanalítico, e não uma investida isolada de Horney sobre o assunto.

4.1 Diferenças entre a abordagem de Freud e Horney sobre a cultura

Na obra freudiana, encontramos diversas oportunidades nas quais o autor se debruçou sobre teorizações acerca da cultura, podendo-se afirmar que desde o princípio a psicanálise esteve ocupada da cultura de seu tempo e também da investigação sobre os fundamentos da cultura em geral. Um dos textos freudianos mais conhecidos nesse sentido é *Totem e tabu*, de 1913. Nele, Freud (1913/2013) faz um traçado do que seriam as origens da cultura entre

¹⁵ Alfred Adler (1870-1937), psicólogo austríaco.

¹⁶ Erich Fromm (1900-1980), psicanalista, sociólogo e filósofo alemão.

homens através do mito da horda primitiva, na qual os homens eram dominados por um pai tirânico. Na narrativa freudiana, a cultura se funda a partir da união dessa fratria, desse conjunto de homens irmãos que, revoltados contra o pai, o assassinam. Contudo, após sua morte a imagem do pai assume mais força, através do medo e da culpa que assombra os irmãos. Com isso, são instauradas leis e rituais na fratria que limitam o poder individual e, ao mesmo tempo, protegem seus membros do castigo do pai, elevado ao patamar de totem, e de si mesmos. Para o autor, essa narrativa mítica também está no cerne do surgimento das religiões monoteístas e reverberações desse modelo se encontram tanto nas organizações e instituições humanas quanto no decorrer da constituição de cada sujeito.

A análise freudiana que leva a construção dessa narrativa expressa a tentativa de buscar fundamentos universais que regem as diferentes culturas, baseada em estudos antropológicos. Ao longo do texto, Freud (1913/2013) se utiliza de referenciais antropológicos para trazer diversos exemplos de fenômenos encontrados em diferentes culturas, que ele adjectiva como “primitivas”, elencando um traço em comum entre elas, a saber, o totemismo e o tabu do incesto, que podem se manifestar de diversas formas. O autor, então, faz uma analogia dessa suposta herança cultural com o que encontrava na clínica com neuróticos, notadamente com o chamado Complexo de Édipo.

Em 1930, em *Mal-estar na cultura*, Freud (1930/2010) retoma o mito da horda primitiva com outros fins: nesse texto, discute as diversas negociações que o sujeito tem de fazer para estar na cultura, sacrificando seus interesses individuais e limitando seus desejos em prol de um coletivo. Aqui, o autor traz enfoque às exigências da cultura referentes a cada sujeito e sua relação com os conflitos neuróticos. Em ambas as produções, notamos que a abordagem freudiana em relação à cultura assume uma perspectiva universalista, isto é, salienta traços fundamentais que, em sua visão, seriam as bases para o surgimento da cultura e para a relação de cada sujeito com ela.

Sabemos que a discussão sobre o lugar da cultura em Freud não pode basear-se apenas nos textos mencionados para uma compreensão aprofundada. Além disso, o autor comenta, em trechos diversos de sua obra, questões relativas às especificidades da cultura europeia de seu tempo, como em (Freud, 1908/1996; 1915/1974). Citamos essas escritas no sentido de situar brevemente, através de textos do autor conhecidos pela proposição de alguns pilares fundamentais da cultura, as dissonâncias principais entre Freud e Horney nesse sentido.

A própria autora estabeleceu alguns pontos de divergência de seu entendimento do papel da cultura no psiquismo em relação a Freud. Para Horney (1935/ 1991; 1937/1977;

1939/1966), Freud tinha uma abordagem predominantemente universalista da cultura que produzia generalizações a partir de uma cultura específica, a do homem europeu ocidental de classe média: “[...] Freud atribuiu a fatores biológicos as tendências predominantes do neurótico da classe média da civilização ocidental, isto é, considerou-as como inerentes à ‘natureza humana’” (Horney, 1939/1966, p.138). Para ela, diferentes culturas poderiam engendrar diferentes conflitos inconscientes, e não seria correto atribuir universalidade às teorizações psicanalíticas sem considerar contextos culturais específicos.

Criticava a ausência ou insuficiência de consideração a questões culturais em algumas leituras clínicas, por exemplo: na atribuição de “inveja do pênis” a diversas manifestações de pacientes mulheres (1934/1991); na afirmação de que o masoquismo estaria naturalmente vinculado à feminilidade (1935/1991); entre outros. Para Horney (1939/1966), a aposta desmedida na etiologia sexual das neuroses e na leitura de fenômenos culturais através dessa lente acabava por escantear questões culturais importantes da discussão psicanalítica:

A pequena importância que Freud emprestava aos fatores culturais também se evidencia na sua inclinação para considerar certas influências ambientais como destino incidental do indivíduo, em vez de reconhecer toda a força das influências culturais por detrás delas. Por exemplo, Freud considerava acidental o fato de que, em uma família, o filho seja preferido à filha, em vez de reconhecer que a preferência pelo filho varão é uma característica da sociedade patriarcal. Poder-se-ia objetar que, para a análise individual, é indiferente considerar essa preferência de um modo ou do outro, mas não é bem assim. Na realidade, o fato de o seu irmão ser preferido é um dos muitos fatores que podem contribuir para criar na menina a sensação de que ela é inferior, ou menos desejada (p. 140).

No trecho citado acima, há a sugestão de que a consideração de fatores culturais ampliaria as possibilidades de interpretações de fenômenos que surgiam na clínica, abrindo possibilidades de leitura e inspirando diferentes intervenções. Além disso, Horney afirmava também que Freud produzia uma abordagem unilateral da cultura, que partia do seu entendimento das pulsões na vida psíquica para teorizar sobre diferentes fenômenos culturais. Ou seja, para ela, o autor se baseava no psiquismo do sujeito para pensar a cultura, explicando fenômenos culturais complexos através da analogia com fenômenos neuróticos da cultura ocidental, o que traria limitações importantes à abordagem freudiana da cultura (Horney, 1939/1966). Chegou a trazer à tona, àquela época, uma discussão que hoje é tomada

como recente¹⁷, sobre a impossibilidade de universalização do conceito freudiano de complexo de Édipo e os atravessamentos da noção específica de família que fundamentou sua teorização:

[...] estudos etnológicos demonstraram que a configuração peculiar denotada pelo termo complexo de Édipo provavelmente não existe em condições culturais amplamente diversas das nossas. É preciso, portanto, restringir a hipótese à afirmação de que este modelo emocional peculiar nas relações entre pais e filhos surge apenas sob determinadas condições culturais (Horney, 1935/1991, p. 220).

Assim como ocorre em relação às leituras de Horney sobre feminilidade, suas construções sobre o papel da cultura no psiquismo pressupõem a crítica às proposições de Freud, dominantes à época, não para desconsiderá-las por completo, mas para abrir espaços para a construção de novas concepções possíveis sobre o lugar da cultura para a psicanálise. É a partir da revisão crítica da abordagem de Freud sobre a cultura que pode propor novas leituras, capazes de servir como potentes ferramentas para o debate psicanalítico sobre a relação sujeito-cultura ainda hoje.

4.2 O lugar da cultura em Horney

Diferentemente de Freud, Horney não se propôs a pensar a cultura em termos universais. Pelo contrário, empenhou-se, numa crescente ao longo de sua obra, no empreendimento de reconhecer o papel das contingências culturais específicas para o psiquismo e para o trabalho psicanalítico (Horney, 1931/1991; 1934/1991; 1935/1991; 1939/1966). Para ela, conhecer o complexo cultural no qual se vive e como ele pode engendrar conflitos inconscientes fazia parte do trabalho do psicanalista, desanuviando alguns pontos em sua escuta e trazendo complexidade e profundidade ao seu trabalho.

Horney (1939/1966) afirma que levar em consideração a estrutura social da qual se faz parte enriquece o trabalho de análise e previne o analista de atribuir apenas às vicissitudes particulares do sujeito e de sua história familiar aspectos que seriam, na realidade, influenciados por uma determinada cultura. Ao mesmo tempo, o próprio analista poderia se dar conta de implicações de sua escuta que estão atravessadas por ideais culturais. Dá o exemplo, que hoje pode parecer datado, mas no fim da década de 1930 era bastante atual, da

¹⁷ Ver *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*, de Van Haute e Geyskens (2016), que teve notória repercussão no Brasil.

escuta de mulheres que sacrificam suas carreiras em prol do sucesso profissional dos maridos. Naquela época, afirma Horney, isso seria visto como “normal”, enquanto o contrário, ou seja, um marido sacrificando sua carreira pela da esposa, seria considerado problemático. Sublinha, dessa forma, que um mesmo relato escutado de um paciente homem ou de uma paciente mulher poderiam suscitar leituras clínicas completamente diferentes devido à crença cultural daquele momento de que homens teriam um direcionamento para a vida cultural e intelectual e mulheres para a vida do lar e da família. A autora problematiza, portanto, o fato de alguns preceitos teóricos advindos de ideais culturais - neste caso, ideais patriarcais - permearem a escuta psicanalítica de forma acrítica.

Outro exemplo nesse sentido refere-se a interpretações atravessadas por leituras psicanalíticas generalistas, à época, sobre posturas desafiadoras frente a autoridades lidas como paternas. Horney (1939/1966) critica que alguns analistas tomavam como problemáticos movimentos revolucionários, analisando-os como posições infantis frente ao pai, mesmo dentro do próprio espaço de análise:

Assim, por exemplo, o analista pode julgar necessário analisar os impulsos revolucionários do paciente, deixando de lado, sem tocá-las, as suas tendências conservadoras. Ou, então, o analista pode achar que o paciente não aceita as teorias psicanalíticas por causa de algum problema inconsciente e não se dar conta de que o problema pode residir, exatamente, na sua aceitação. Assim, um desconhecimento das valorizações culturais, combinados com certos vieses teóricos, que foram discutidos anteriormente, levam a uma seleção unilateral do material oferecido pelo paciente. Então, sem que percebamos, a finalidade da terapêutica psicanalítica - e da educação - transforma-se na adaptação ao “normal” (p.149).

O trecho acima aponta para outra discussão importante em termos do lugar da cultura para Horney (1937/1977; 1939/1966): a problematização da noção de normalidade. A autora sustenta que a ideia de normal propagada em determinada cultura não deveria ser entendida como saúde psíquica nem ser buscada como ideal, para que a psicanálise não se tornasse uma pedagogia normativa. Nesse sentido, a normalidade seria entendida como adaptação a ideais culturais, enquanto saúde psíquica seria a maior liberdade possível do sujeito para usufruir de suas próprias capacidades (Horney, 1939/1966).

Como mencionado no capítulo anterior, embora a psicanálise em seu advento tenha borrado em muito as barreiras entre normal e patológico, ainda era corrente a utilização da

dicotomia normal/saudável *versus* neurótico em textos psicanalíticos. Horney afasta a ideia de “normal” daquela de “saúde psíquica”, por um lado, mas por outro segue opondo esta última à neurose. Contudo, em concordância com Freud, traz que a neurose seria apenas a intensificação do sofrimento frente aos conflitos experienciados por todos e a incapacidade de lidar com eles diretamente. Com sua ênfase culturalista, Horney não busca afirmar que a cultura é direta e unicamente responsável pelo sofrimento neurótico que chega à clínica, reconhecendo as variações pelas quais cada sujeito, singularmente, vive os conflitos engendrados por determinada cultura. Entretanto, sublinha que as particularidades do ambiente cultural no qual o sujeito se constitui têm tanta importância psíquica quanto sua vida pulsional:

Parece que a pessoa que tem probabilidade de tornar-se neurótica é a que experimentou as dificuldades decorrentes da cultura de uma forma acentuada, sobretudo através de experiências durante a infância e que, conseqüentemente, foi incapaz de solucioná-las, ou que, então, só as solucionou à custa de muito sacrifício para sua personalidade (Horney, 1937/1977, p.207).

A partir desse ponto, Horney (1937/1977, 1939/1966, 1945/1982) traça um caminho autoral para pensar a constituição psíquica que se baseia no desamparo que a criança, ainda sem recursos psíquicos autônomos para lidar com alguns dos sofrimentos impostos pela vida, experimenta frente a um ambiente hostil, afastando-se da ênfase estritamente sexual e edípica mais adotada por seus contemporâneos. Entende que esse desamparo inicial constitui uma ansiedade ou angústia básica que acompanha o sujeito ao longo da vida e se intensifica à medida que o mundo lhe parece mais hostil e ele menos equipado para lidar com ele, por diversos fatores culturais, subjetivos e familiares. A discussão mais ampla sobre esses desenvolvimentos na obra de Horney não é tema da presente dissertação de mestrado, embora seja relacionada a ela. Todavia, a menção a esse desdobramento em sua obra torna-se relevante à medida que tangencia a discussão sobre o papel da cultura e do ambiente e, além disso, indica a influência de Horney em produções futuras, como as de Winnicott (1983), embora não seja citada por esse autor nesse sentido, o que pode ser ponto de partida para investigações em pesquisas futuras. Evidencia-se mais uma vez, portanto, o apagamento da produção da autora, malgrado sua importância teórica¹⁸.

¹⁸ Para uma discussão detalhada sobre o lugar de Horney na história da psicanálise e o apagamento de sua produção, ver Amorim (2021).

A autora também afasta-se de visões hegemônicas de sua época à medida em que abandona a ideia de que algumas pulsões fundamentais e, em certa medida, inatas, têm o papel principal na constituição da vida psíquica. Para ela, os conflitos inconscientes não partem tão somente do embate sujeito *versus* cultura ou desejo *versus* repressão, mas são interiorizados a partir dos ideais culturais que circundam o sujeito. Horney (1939/1966) sustenta, por exemplo, que conflitos referentes à rivalidade, competitividade e possessividade podem ser lidos como efeitos de uma determinada cultura para a qual a competição e a conquista individual são os principais ideais a serem perseguidos. Assim, a rivalidade entre irmãos não seria necessariamente universal, através da leitura edípica da disputa pela exclusividade do amor dos pais, mas engendrada em uma cultura de disputas econômicas e sociais que prioriza a busca de prestígio individual em detrimento da coletividade.

Outros aspectos que, para Horney (1939/1966), estão no cerne de conflitos relatados na clínica são as grandes desigualdades sociais, a exploração de alguns em relação a outros, as diferentes possibilidades de acesso à educação e à saúde, por exemplo. Essas desigualdades, para ela, estimulam a competição não apenas no âmbito profissional, mas “contaminam” todas as relações humanas, sejam de amizade, família, relações sexuais. Para a autora, as convicções culturais específicas com as quais nos relacionamos ao longo da vida, embora cada sujeito possa experimentá-las de maneiras distintas, se apresentam para todos. Assim, a predominância da hostilidade, da rivalidade destrutiva e da inveja nas leituras do inconsciente feitas na clínica não ancorar-se-iam essencialmente em conflitos universais derivados do campo das organizações libidinais tais como teorizadas inicialmente pela psicanálise.

Vemos, portanto, que a autora trilha o caminho de, gradativamente, atribuir mais importância às circunstâncias específicas de cada cultura para o psiquismo, afastando-se de premissas biologizantes que ainda permeavam os primórdios do seu trabalho e da psicanálise como um todo. Horney sustentava, nessa via, a complexificação da escuta a partir da inclusão, nas leituras de caso, de discussões enlaçadas aos contextos culturais a partir dos quais o sujeito se constituiu, nos quais circulou e nos quais se dava a análise. Para ela, as considerações sobre a vida instintiva - ou pulsional, a depender da tradução - ganhavam enfoque demasiado ao passo que as questões culturais envolvidas nas problemáticas trazidas por sujeitos em análise não tinham tanto espaço na escuta e na produção teórica. Horney (1939/1966) sugeria que produções de áreas como psicanálise, sociologia, antropologia, estudos etnográficos e outras poderiam colaborar entre si para a abordagem de fenômenos complexos que uma leitura individualista não poderia alcançar. Nota-se, assim, que a noção

de inconsciente que foi desenvolvendo, malgrado ainda ancorada em conceitos da teoria freudiana com a qual se formou, não se referia a um inconsciente universal que refletiria conflitivas também universais. O inconsciente de Horney seria, talvez possamos dizer, com a escusa à linguagem acadêmica tradicional, “pé no chão”, permeado pelos complexos processos culturais que o engendram, pois engendram as relações do sujeito com os outros, com o ambiente, com o mundo.

4.3 Cultura, diferença sexual e feminilidade

As construções de Karen Horney sobre o lugar da cultura para o psiquismo e sua abordagem própria acerca da importância das especificidades de cada complexo cultural para a constituição psíquica e os conflitos subjetivos têm especial relação com suas conceitualizações relativas à feminilidade e a diferença sexual. Poderíamos pensar que suas movimentações no sentido de uma crítica a algumas teorizações psicanalíticas sobre a feminilidade e de uma busca pela abordagem culturalista andam juntas em sua obra, se retroalimentam. À medida que as discussões culturais tomam lugar de destaque em suas produções, conceitos com ancoragem biologizante, tais como inveja do pênis e masoquismo feminino, cada vez mais deixam de fazer sentido em sua teoria. Ao mesmo tempo, as estruturas sociais que imprimem nas mulheres o sentimento de inferioridade, incapacidade para a vida cultural e do trabalho, incentivam a rivalidade entre mulheres e estimulam uma supervalorização do amor romântico e do casamento ganham espaço para pensar a diferença sexual e a feminilidade em Horney. Para ela, os ideais culturais de feminilidade se manifestam na clínica e seria um erro atribuí-los a uma pretensa “natureza feminina” ou a questões inerentes à anatomia: “A omissão dessas considerações pode levar à falsa valorização das diferenças anatômicas e de suas elaborações pessoais como sendo fatores causativos de fenômenos que são, em parte ou totalmente, resultantes do condicionamento social” (Horney, 1935/1991, p. 221).

A autora entendia que não devemos atribuir uma importância exagerada a questões biológicas e anatômicas para pensar o psiquismo, e questiona algumas proposições biologizantes de Freud (1939/1966) e outros autores e autoras, como Helene Deutsch (1935/1991). Deutsch afirmava categoricamente que o que veio a ser chamado de masoquismo feminino era uma tendência natural das mulheres - pensadas como aquelas que não têm pênis - ancorada em sua biologia e anatomia. Para ela, a inveja do pênis somada às experiências da menstruação, da “defloração” e do parto, além da suposta passividade das mulheres no sexo, eram indícios de que a natureza própria do “feminino” era o masoquismo.

Horney diverge totalmente da autora, sustentando que, embora possam ser erroneamente interpretadas como ligados intrinsecamente ao masoquismo, “Essas funções biológicas não possuem em si mesmas conotação masoquista alguma para as mulheres [...]” (Horney, 1935/1991, p. 229). Nessa via, introduziu uma discussão muito cara para o campo da psicanálise e dos estudos de gênero hoje, a saber, a noção de que o que dizemos sobre o corpo, a anatomia e as disposições inatas não refletem uma verdade, mas uma leitura: “[...] os fatores biológicos jamais se manifestam de forma pura e franca, mas sempre modificados pela tradição e o ambiente” (1934/1991, p. 181). Esse trecho pertence a um contexto no qual a autora criticava algumas ideias correntes à época, mesmo na psicanálise, sobre uma suposta disposição inata das mulheres a voltarem-se exclusivamente para os homens e a maternidade.

Aliás, Horney apontou, como já vimos, os atravessamentos de algumas dessas leituras ancoradas em ideais culturais patriarcais nas noções de diferença sexual e feminilidade da psicanálise de seu tempo. Assim como existem ideologias culturais que atribuem à natureza certos aspectos de uma suposta feminilidade, que são interiorizados desde cedo pelas mulheres, também a psicanálise faz parte dessa produção de subjetividade, pois não está de fora da cultura na e a partir da qual foi criada:

É preciso considerar em particular o fato de que, se alguns ou todos os elementos sugeridos estão presentes no complexo cultural, podem aparecer certas ideologias fixas quanto à “natureza” da mulher; assim, como doutrina de que ela é congenitamente fraca, emotiva, gosta de ser dependente, tem pouca capacidade para trabalhar independentemente e pensar sozinha. Fica-se tentado a incluir nesta categoria a crença psicanalítica de que a mulher é masoquista por natureza. É bastante óbvio que essas ideologias funcionam não só para reconciliar as mulheres com seu papel subordinado, apresentando-o como inalterável, mas para implantar também a crença de que isto representa realização pela qual elas anseiam ou ideal pelo qual é louvável e desejável que se esforcem (Horney, 1935/1991, p.227).

A psicanálise, portanto, ao olhar para algumas de suas próprias produções acerca da feminilidade de maneira crítica, pode evitar tornar-se mais uma das ideologias utilizadas para justificar a inferiorização de mulheres. Para Horney (1935/1991; 1939/1966), algumas questões específicas, considerando a cultura europeia de sua época, eram responsáveis pelas manifestações clínicas que acabavam por ser lidas como inveja do pênis, desejo de ser homem, masoquismo, entre outros. A autora sustenta que as limitações experimentadas por

mulheres em sua cultura são mais responsáveis por tais manifestações, como a pouca participação em esferas da vida que transcendem a vida doméstica e a dependência financeira em relação à família e ao marido. Para ela, a exclusão das mulheres de grande parte das atividades sociais e intelectuais mais valorizadas na cultura fazia com que houvesse para elas uma supervalorização do amor, pois a promessa de satisfação e de ocupação de um lugar valorizado culturalmente residia no âmbito da família e da maternidade (1934/1991).

Ademais, Horney (1928/1991) criticava o quanto a cultura na qual vivia e a própria psicanálise, por vezes, apostava no casamento monogâmico como resolução para as conflitivas edípicas. Contrariando essa ideia, Horney indicava que era justamente no casamento que muitos problemas se criavam, pois o desejo nunca se contenta com um único objeto e os ideais monogâmicos de fidelidade e posse exclusiva se opõem ao funcionamento do inconsciente. Ela sustenta que qualquer arranjo de relacionamento envolve, necessariamente, conflitos indissolúveis, pois as expectativas infantis frente ao objeto, por sua intensidade mesma, não podem ser alcançadas. E ressalta, ainda, o quanto a instituição do casamento, naquele momento, promovia restrições mais fortes às mulheres, pois a exigência de posse, que para ela nada tinha a ver com o amor, se calcava na visão da mulher como um bem móvel pertencente ao marido.

Vemos, portanto, que Horney promoveu uma torção na leitura daquilo que chegava através de mulheres na clínica ao atentar-se para os aspectos culturais que envolviam a ideia de feminilidade na psicanálise. Ao invés de considerar apenas aspectos biológicos, anatômicos ou psicológicos para a criar uma metapsicologia da feminilidade, a autora demonstrou o quanto a rede de conceitos em torno dessa ideia refletia estereótipos criados culturalmente sobre a mulher.

4.3.1 O lugar da mulher na cultura europeia patriarcal

Para finalizar este capítulo, traremos algumas discussões de Horney acerca do lugar da mulher na cultura europeia patriarcal, a qual parte de diversos diálogos traçados por ela com a sociologia, a antropologia, a literatura, a mitologia e as religiões. Por exemplo, analisa a figuração da mulher como perigosa e sinistra em produções da literatura e da mitologia, passando pela figura da bruxa no catolicismo, sugerindo que por detrás delas demonstra-se o medo da mulher (Horney, 1932/1991). Para ela, a inveja sentida pelos homens pelo papel da mulher na reprodução e a angústia narcísica advinda da infância, conforme discutidas no capítulo anterior, deixariam como marca um grande medo da mulher que se expressaria culturalmente na necessidade de rebaixá-la. Muitos dos lugares nos quais se buscaria colocar

as mulheres viriam, então, de uma atitude defensiva frente ao medo que provocam: seja desprezando-a, pois não é preciso ter medo de uma criatura insignificante, seja glorificando-a, pois se algo é tão lindo não pode ser amedrontador.

Entretanto, a autora não entende que é qualquer mulher que desperta esse medo. Horney (1931/1991) sustenta que é a “mulher sexualmente sedutora” que provoca o medo ao não se enquadrar nos ideais masculinos de pureza e maternidade encarnados, culturalmente, na figura da Virgem Maria. Ela aponta para a ambivalência do lugar da mulher na cultura ocidental salientando que, na Idade Média, o culto à Virgem ocorria lado a lado com a queima de mulheres que fugiam às imposições da cultura em fogueiras. Enquanto a Virgem representaria a mulher destituída de sexualidade, a grande Mãe pura, altruísta, que “preenche todos os anseios e expectativas do homem” (Horney, 1931/1991, p. 112), o discurso em relação às mulheres, em geral, era carregado de hostilidade, até mesmo o discurso sobre a maternidade na vida real, fora do âmbito da idealização. Para ela, essas são duas faces do mesmo fenômeno de busca de submissão das mulheres: “Hoje em dia, com modalidades de agressão mais humanas, queimamos as mulheres apenas metaforicamente, às vezes com mal disfarçado ódio, às vezes com aparente benevolência”¹⁹ (p. 111).

A autora defende, ainda, que os discursos sobre a mulher, mesmo no meio científico, não se distanciavam de noções atravessadas pela cultura patriarcal, o que apontou diversas vezes ao longo de sua obra em relação à psicanálise, seu campo de trabalho e pesquisa, conforme vimos. E adverte, sobre isso, que discursos que objetivam rebaixar e inferiorizar a mulher se disfarçam, muitas vezes, de forma elogiosa, educada ou acadêmica, negando a hostilidade que trazem. Com acentuada ironia, afirma:

Em cordiais atos-de-fé, dizem-se muitas coisas agradáveis sobre as mulheres, mas é lamentável que em seu estado natural da graça de Deus ela não seja igual ao homem. Moebius salientou que o cérebro feminino pesa menos do que o masculino, mas não deveria ter dito isto de forma tão rude. Pelo contrário, pode-se realçar que a mulher de maneira alguma é inferior, apenas diferente, mas que infelizmente possui poucas ou nenhuma daquelas qualidades humanas ou culturais que os homens tanto valorizam.

¹⁹ Cabe lembrar que Horney se referia ao contexto no qual vivia, nessa época ainda a Europa do início do século XX, e embora não sublinhe isso ela mesma, provavelmente se referia a mulheres brancas de classe média. Se formos pensar no Brasil de hoje, nos retrocessos que vivemos no âmbito dos direitos das mulheres, e considerarmos principalmente os atravessamentos de raça e classe, não sei se é possível dizer que essa queima é tão metaforizada assim. Apenas a título de exemplo, o Atlas da Violência de 2019 reporta um aumento significativo no número de feminicídios, especialmente aqueles ocorridos no espaço doméstico, e que esse aumento foi maior entre mulheres não-brancas (Ipea, 2019).

Diz-se dela que está profundamente enraizada na esfera pessoal e emocional, o que é maravilhoso, mas, lamentavelmente, isto a torna incapaz de exercer justiça e objetividade, desqualificando-a, portanto, para as leis e o governo e para a comunidade espiritual. Dizem que ela só se sente em casa no reino de Eros. As questões materiais são estranhas ao mais íntimo de seu ser e brigam com as tendências culturais. Ela é, portanto, como afirmam francamente os asiáticos, ser de segunda classe. A mulher pode ser útil e trabalhadora, mas é incapaz de trabalho produtivo e independente. Na verdade, ela é impedida de ter acesso às grandes realizações pelas deploráveis e sangrentas tragédias da menstruação e do parto. E, por isso, cada homem agradece silenciosamente ao seu Deus, como faz o piedoso judeu em suas preces, por não ter sido criado mulher (Horney 1931/1991, p. 111-112).

Assim, Horney denuncia o lugar inferiorizado relegado às mulheres na cultura em que vivia e a privação historicamente imposta à livre circulação pela vida cultural, que se tentava justificar através de construções “científicas”. Podemos refletir, a partir de suas contribuições que, seja no lugar de mãe pura e idealizada, personificada na imagem da Virgem Maria, seja no lugar de sexualizada e perigosa, a figura da mulher estava mais colocada em relação aos desejos, fantasias e angústias do homem europeu ocidental do que como sujeito. Horney (1926/1991) foi a primeira analista a demonstrar, como temos visto ao longo deste trabalho, o quanto esse lugar cultural da mulher, em uma sociedade patriarcal, permeava os conhecimentos, inclusive os da psicanálise, produzidos à época:

[...] a psicologia das mulheres tem sido até agora considerada somente do ponto de vista dos homens. É inevitável que a posição vantajosa masculina atribuisse valor objetivo às suas relações afetivas, subjetivas, com a mulher, e, segundo Delius, a psicologia da mulher representa até hoje o depósito dos desejos e frustrações dos homens (p.53).

Diante disso, defendia que a psicanálise não deveria reproduzir como afirmação teórica os estereótipos e pressupostos presentes na cultura que reforçavam a mulher nesse lugar inferiorizado, muito menos vinculá-los a uma suposta natureza humana ou norma psíquica, mas auxiliar no processo de reconhecê-los e questioná-los. O criador da psicanálise, ao receber essas críticas de colegas analistas mulheres, tentou uma via conciliatória que

desviava do aprofundamento do problema, além de reiterar a valorização do suposto masculino em detrimento do “feminino”:

Pois essas senhoras, sempre que alguma comparação parecia mostrar-se desfavorável ao seu sexo, conseguiram expressar a suspeita de que nós, analistas homens, não tínhamos conseguido superar determinados preconceitos profundamente arraigados contra aquilo que era feminino, e que esse fato estava sendo responsável pela parcialidade de nossas pesquisas. Nós, por nossa vez, com base na bissexualidade, não tínhamos dificuldade em evitar a indelicadeza. Apenas tínhamos de dizer: ‘Isto não se aplica às senhoras. As senhoras são a exceção; neste ponto, são mais masculinas do que femininas.’ (Freud, 1933/1977, p. 78).

O caminho traçado por Horney aponta para outros horizontes. A autora não se nega a adentrar o problema, por mais espinhoso que seja, sabendo que algumas premissas terão de ser abandonadas para uma revisão séria da teoria e de suas implicações clínicas no que se refere à diferença sexual e à feminilidade. Não se esquiva da tarefa de esmiuçar alguns conceitos, apontar entrelaçamentos com a cultura patriarcal, propor desdobramentos teóricos divergentes dos hegemônicos e até mesmo romper com algumas instituições para isso. Em uma de suas publicações mais tardias, chega a afirmar um direcionamento que, poderíamos pensar, reflete de alguma forma, antecipadamente, o que Haraway propôs em relação à objetividade feminista, discutida no capítulo de metodologia desta dissertação:

A mulher norte-americana é diferente da alemã e ambas são diferentes de uma índia da tribo Pueblo. A mulher da sociedade de Nova Iorque é diferente da esposa do fazendeiro de Idaho. O que esperamos poder compreender é a maneira pela qual condições culturais específicas engendram qualidades e faculdades, também específicas, tanto no homem quanto na mulher (Horney, 1939/1966, p. 99).

5. PISTAS METODOLÓGICAS E REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS A PARTIR DOS ESCRITOS DE KAREN HORNEY

Até aqui abordamos a obra de Karen Horney no que se refere às críticas ao referencial masculino e as suas proposições envolvendo feminilidade e diferença sexual, além do lugar da cultura na constituição do psiquismo e sua relação com a feminilidade e a diferença sexual. A ideia, nos capítulos anteriores, foi de apresentar um estudo sobre essas temáticas na obra da autora, colocando em relevo contribuições importantes e pioneiras para a psicanálise e que possam ser ferramentas potentes ainda hoje, tanto para a ressignificação da história dos enlaces entre psicanálise e feminismos, quanto para o corpo teórico-clínico da psicanálise como um todo. Os textos da autora foram apresentados com articulações ao contexto no qual foram escritos, em diálogo com outros autores contemporâneos a Horney, especialmente Freud, o mais influente à época.

Em função do aprofundamento dos estudos de textos de Horney, pensamos que algumas de suas produções oferecem pistas metodológicas para pensar a construção de conhecimento na psicanálise e o lugar da/o pesquisador/a, em especial no que tange à interface com os estudos feministas e de gênero. Nesse sentido, salientamos que as elucubrações trazidas neste capítulo consistem em reflexões iniciais e autorais na busca de associar algumas propostas dessa autora pioneira com discussões metodológicas atuais, para que possamos salientar no que as produções de Horney podem manter-se relevantes ainda hoje. Sendo assim, o presente capítulo vem na esteira de dar conta da parte do objetivo desta dissertação que se refere a relacionar contribuições da autora a questões importantes no âmbito das discussões psicanalíticas que envolvem os conceitos de diferença sexual e de feminilidade ainda hoje, que se expressam nas interlocuções entre psicanálise e estudos feministas e de gênero. Portanto, traremos alguns autores e autoras contemporâneos para essa discussão, diferentemente dos capítulos anteriores, que tiveram enfoque na época na qual Horney estava produzindo na psicanálise.

É comum que psicanalistas sublinhem as divergências entre psicanálise, feminismos e estudos de gênero, enfatizando diferenças epistemológicas e metodológicas entre os campos, principalmente no que tange às vertentes freudolacanianas (Ambra, 2018). Geralmente, quando se trata da resposta a críticas dirigidas à psicanálise, sustenta-se que a psicanálise não se debruça sobre uma suposta sociologização do sujeito que acompanharia as discussões sobre gênero e deixaria de lado sua determinação simbólica, que teria especificidades ao abordar o sujeito que seriam incompatíveis com os demais campos, ou seja, marcam o afastamento da psicanálise em relação a outros campos do saber. É curioso comentar, neste

ponto, que crítica semelhante partiu de Lacan (1958/1978) em relação à Horney, em uma das raras menções do autor sobre ela, sugerindo que a autora trazia uma discussão culturalista demasiado focada em fenômenos sociais que se afastaria da sua visão do que deveria ser a psicanálise:

Precisemos que esta relação do homem ao significante, como tal, nada tem a ver com uma posição “culturalista” no sentido comum do termo, aquela que Karen Horney, por exemplo, se via anunciando na querela do falo pela sua posição qualificada por Freud de feminista (p. 266).

Ambra (2018) aponta ainda que a defesa, por parte de um certo discurso psicanalítico, da diferença sexual como baluarte definitivo da psicanálise e de sua recorrente confusão com uma suposta realidade do corpo anatômico cria barreiras para a interlocução entre psicanálise e estudos feministas e de gênero a partir da tentativa de sustentar um purismo do campo psicanalítico. Constatamos, assim, uma força discursiva dentro da psicanálise que busca afastar-se dos estudos feministas e de gênero, ou até mesmo atacá-los:

Da acusação de uma postura discursivamente histórica nas demandas do feminismo, passando pela tentativa de apagamento da diferença dos sexos e pela suposta postura voluntarista e muito afim da *ego psychology* no campo do gênero, tal discurso afirma, reiteradamente, a especificidade, primazia e até mesmo uma superioridade da psicanálise em relação a tais saberes. Mais ainda, para os menos indiferentes, tal encontro seria potencialmente nefasto para a teoria analítica na medida em que tanto o feminismo quanto as teorias de gênero apoiam-se numa causalidade social e cultural [...] (p. 82).

Como sabemos, a partir dos estudos de Horney, desde a década de 1920 a psicanálise é amplamente transpassada por discussões sobre suas noções generificadas. Queira ou não, a psicanálise está em constante diálogo com o campo dos estudos de gênero, e recentemente isso vem se intensificando (Cavalheiro, 2019). Vemos, nesse sentido, diversos embaraços nas produções psicanalíticas que buscam abordar a teorizações e especificidades na escuta de pessoas transgêneras, por exemplo²⁰. É comum nos depararmos com leituras que alocam

²⁰ Para uma visão aprofundada sobre essa discussão, sugerimos a leitura de Stona (2019), Ayouch (2015) e Porchat (2014).

pessoas *trans* nas categorias estruturais de psicose ou perversão (Stona, 2019), mesmo que saibamos que o diagnóstico em psicanálise só se dá em transferência a partir da escuta de um sujeito em sua singularidade, então seria epistemologicamente - e metodologicamente - incompatível pensar um diagnóstico baseado apenas da identidade de gênero de uma pessoa. Mas existe a leitura de que pessoas *trans* negam o real do corpo e da castração, de que os estudos de gênero trabalham com um voluntarismo que não levaria em conta o inconsciente e de que tudo que precisamos saber já está em Freud ou Lacan - tomando como referência, é claro, estudos freudolacanianos, que estão em evidência no Brasil no que tange às interlocuções entre psicanálise e gênero (Ambra, 2018; Cavalheiro, 2019).

Entendemos, a partir de nossa leitura de Karen Horney, que podemos pinçar de seus textos algumas pistas metodológicas que convergem com debates atuais no campo dos estudos feministas e de gênero. Com isso, ressaltamos a presença, no cerne da psicanálise, de discussões plurais desde o início sobre o modo psicanalítico de abordar a diferença sexual e a feminilidade, por exemplo, como ficou explicitado nos capítulos anteriores. Tendo em vista que críticas e propostas que questionam alguns pressupostos psicanalíticos foram produzidas já há um século dentro da própria psicanálise, por psicanalistas como Horney, cai por terra o argumento referente às divergências insuperáveis entre psicanálise, feminismos e estudos de gênero. Não se trata, portanto, de diferenças fundamentais entre os campos que impedem a incorporação de novas reflexões nesse sentido, mas de escolhas específicas de algumas vertentes psicanalíticas em manter a todo custo algumas construções epistemológicas normativas. A seguir, buscaremos discorrer sobre algumas reflexões metodológicas suscitadas pela obra de Horney que podem contribuir para essa discussão, no sentido de apontar formas de abordar a construção de conhecimento que abarcam a hibridez com outros campos, as especificidades culturais e a subjetividade do/a pesquisador/a - temas caros para a atualidade no terreno dos feminismos e estudos de gênero e que estão agitando também a psicanálise.

5.1 O lugar do agente da produção do conhecimento e a ausência de neutralidade

Como sabemos, Horney (1923/1991; 1926/1991) indicou que as produções sobre feminilidade eram feitas, à sua época, em sua grande maioria, por homens. Isso era um fato facilmente constatável, mas não suscitava, necessariamente, problematizações no meio acadêmico. A academia e o lugar de agente de produção do conhecimento eram, em geral, ocupados pelos mesmos corpos: homens brancos europeus em concordância com a cisheteronormatividade. Contudo, os meios acadêmicos e intelectuais não estavam

permeados, ainda, de uma discussão sobre esse fato - talvez, justamente, porque estavam ocupados por pessoas que gozavam do privilégio epistêmico (Ribeiro, 2017) de produzir saberes de acordo com sua perspectiva, tomando as subjetividades ditas “outras” como objeto de estudo, num movimento próprio à modernidade colonial.

As discussões sobre quem ocupa o lugar de agente na produção de conhecimento tomaram corpo no meio acadêmico a partir da entrada de subjetividades não inclusas no referencial de sujeito universal propagado pelo saber ocidental. Inicialmente, ainda a partir de um privilégio racial e de classe, esse movimento se deu com a entrada de mulheres brancas europeias de famílias abastadas em universidades e circuitos intelectuais anteriormente ocupados apenas por homens brancos europeus. Podemos situar Karen Horney nesse momento, tendo adentrado uma universidade em uma turma recém aberta para mulheres, reflexo das reivindicações feministas europeias da época.

Isso não significa que tais discussões foram criadas no âmbito acadêmico e intelectual; pelo contrário, o apontamento do privilégio epistêmico de grupos favorecidos por estruturas sociais machistas e racistas vinha se manifestando desde muito antes, isso considerando apenas o que chegou a ser registrado. Para citar um exemplo da literatura, no livro *Persuasão*, de 1818, Jane Austen traz a seguinte fala a partir de uma personagem mulher:

Sim, sim, por favor, nada de referências aos livros. Os homens tiveram todas as vantagens contra nós ao contarem sua própria história. Tiveram sempre uma educação muito superior, a pena estava em suas mãos. Não admito que os livros provem coisa nenhuma (Austen, 1818/2014, p. 277).

Essa fala ocorre em uma discussão dessa personagem com uma personagem homem, na qual o homem argumenta que todas as produções da humanidade, qualquer livro que se leia, aponta a volubilidade e a inconstância das mulheres, que, para ele, estaria ancorada na força física do homem. É então que Jane Austen, através da personagem mulher, coloca que tudo que já fora escrito, naquele ponto, sobre as mulheres advinha da mão de um homem. Portanto, não era possível comprovar a inconstância das mulheres, pois tais escritas estavam enviesadas. Cabe ressaltar, neste ponto, que a autora - intelectual que era - não defendia a repulsa a todo saber já criado por homens, apenas sublinha o quão problemático isso se torna ao se tratar das narrativas sobre as mulheres.

Em 1851, conforme trazido na seção de introdução do presente trabalho, Sojourner Truth já questionava, em assembleia, as narrativas criadas em torno da mulher branca e europeia como formando uma ideia universal de mulher (Ribeiro, 2017). Apontava, também, o privilégio em relação à raça e classe que se manifestava nas próprias reivindicações de movimentos feministas brancos, colocando em relevo a importância da interseccionalidade para a complexificação das abordagens feministas. Essa manifestação também demonstra a antecipação, na cultura e nos movimentos sociais, de discussões que tocam a academia somente mais tarde, principalmente a partir de intelectuais negras.

Esses dois exemplos, que não são únicos nem representativos da totalidade das discussões ocorridas nesse sentido no século XIX, servem para evidenciar que as colocações de Horney não foram invenções suas, nem são suficientes para uma reflexão sobre privilégio epistêmico, pois sua ênfase recaiu sobre o lugar da mulher, sem sublinhar ou levar em conta aspectos raciais e de classe, por exemplo. Seu pioneirismo reside na inclusão dessa discussão no interior da psicanálise, no âmbito da produção de conhecimento acadêmico e intelectual nesse campo, o que propiciou um alcance a um debate importante para a psicanálise das décadas de 1920 e 1930, muito embora seja pouco lembrado atualmente.

Conquanto a psicanálise não trabalhasse com uma ideia positivista de neutralidade na produção de conhecimento a partir do advento do inconsciente, os marcadores sociais da diferença que atravessam os corpos de quem pode falar na construção de um saber não faziam, ainda, parte das discussões psicanalíticas sobre neutralidade. A respeito da neutralidade na psicanálise, Horney (1952/1992) afirma que a “objetividade fria” (p. 33) que geralmente se associava à proposta científica, do maior afastamento subjetivo possível do pesquisador, é incompatível com a psicanálise. Mesmo quando a própria psicanálise buscava corroborar suas teorizações de forma empírica, ancorando-se na experiência clínica, Horney (1926/1991) chamava a atenção para o fato de que toda experiência é atravessada por uma subjetividade:

Portanto, devemos voltar à questão que propus - se o notável paralelismo que indiquei não será talvez a expressão de unilateralidade de nas nossas observações, por serem feitas a partir de perspectiva masculina. Tal sugestão depara-se imediatamente com um protesto interior, pois nos lembramos do terreno firme das experiências em que sempre se fundamentou a pesquisa analítica. Ao mesmo tempo, porém, nosso conhecimento científico nos diz que este terreno não é totalmente confiável, mas que toda a experiência, por sua própria natureza, contém algum fator subjetivo. Portanto,

até mesmo nossa experiência analítica deriva-se de observações diretas do material que nossas pacientes trazem para a análise em livres associações, sonhos, sintomas, e das interpretações que fazemos ou conclusões que tiramos de tudo isto. (p. 55)

O trecho apresenta a visão de Horney de que a pesquisa em psicanálise se dá no encontro entre o que se apresenta como objeto de pesquisa - exemplificado no texto pelas manifestações do inconsciente em análise - e a subjetividade de quem pesquisa, marcada também pelo seu lugar no social, o que aponta para a importância de poder dirigir novos olhares mesmo ao que já parece ser consenso consolidado pela experiência. A autora sugere, assim, o abandono da repetição *ad infinitum* de algumas concepções teóricas, para que possamos nos deixar interpelar por novas experiências:

A ciência tem constatado ser proveitoso olhar de nova perspectiva os fatos com os quais estamos há muito familiarizados. Caso contrário, existe o perigo de continuarmos involuntariamente a classificar nos mesmos grupos de ideias nitidamente definidos todas as novas observações que fizemos. (p. 52)

Podemos notar que Karen Horney não apenas auxiliou na construção de uma discussão antiga e sempre atualizada, principalmente quando pensamos a psicanálise na universidade, sobre psicanálise e ciência, mas também propiciou a abertura a novas discussões quando apontou que a subjetividade que atravessa a produção de conhecimento não se refere a um conceito abstrato e universal. Os diferentes lugares ocupados em uma determinada cultura e a concretude dos corpos que ocupam o lugar de agentes da produção de conhecimento, discutidos por Horney em relação à produção feita apenas por homens, também são fatores a serem levados em conta em uma reflexão metodológica e epistemológica no cerne da psicanálise. Vemos, portanto, o embrião de uma discussão abandonada pela psicanálise mais difundida, principalmente no Brasil, e retomada apenas recentemente, que demonstra que a psicanálise pode, sim, se ocupar de pensar quem produz o conhecimento e quais os efeitos disso em seu corpo teórico-clínico.

Constatamos, nessa esteira, o surgimento, ainda que tímido, de algumas discussões, principalmente em eventos de instituições psicanalíticas e universidades, sobre a implementação de ações afirmativas nos cursos de formação das instituições de psicanálise. Apesar da notória e já relativamente antiga contribuição de Gonzalez (1984) no que tange à denegação do racismo no Brasil e do mito da democracia racial que reforça ideais racistas, a

maioria das instituições de psicanálise brasileiras ainda não se movimentaram no sentido de ampliar e incentivar o acesso de pessoas negras em seus espaços, o que pode reiterar a exclusão de certas subjetividades do lugar de agentes de produção do conhecimento, movimento típico do que ficou conhecido a partir de Bento (2002) como pacto narcísico da branquitude.

5.2 A necessidade de recorrer a outros campos do conhecimento

A abertura da psicanálise a outros campos do conhecimento está no cerne mesmo de seu surgimento (Ambra, 2018; Ayouch, 2019). Freud era médico neurologista, estudou com Charcot e frequentou a Salpêtrière, centro da psiquiatria do século XIX, convocou a literatura, a mitologia, a antropologia e a biologia em diversos textos, versou sobre as religiões em tantos outros. Nesse sentido, a psicanálise nunca foi uma teoria fechada em si mesma com pretensões totalizantes.

Contudo, talvez pela necessidade mesma que teve, desde o princípio, de se defender de diversos ataques, tanto dos moralistas quanto dos que alegavam sua falta de cientificidade e buscavam, com isso, enquadrá-la no charlatanismo, a psicanálise por muitas vezes tentou afirmar-se enquanto campo legítimo do conhecimento a partir de um fechamento às interpelações advindas de outros campos, conforme a própria Horney (1939/1966) comenta já em 1939. Ao contrapor-se a essas críticas, a autora buscou explicar o funcionamento da psicanálise, seus conceitos fundamentais - para ela, o inconsciente, a transferência e a associação livre como principais - e rebatendo, de certa forma, a noção de que a psicanálise é fechada em si mesma ou fornece interpretações irrefutáveis. Como Freud (1937/1988), ela sustenta que a psicanálise se afasta das terapias de sugestão, que nenhuma interpretação é arbitrária e imposta ao paciente, e que as formulações teóricas devem passar pelo crivo da experiência analítica, na transferência, estando sempre abertas à possibilidade de revisão.

Entretanto, mesmo como defensora da psicanálise, Horney (1939/1966) faz suas ressalvas, tendo ela própria feito críticas contundentes a esse campo, como acompanhamos ao longo deste trabalho. A autora compreende que certas premissas da psicanálise são profundamente atravessadas por preconceitos culturais e concepções teóricas complicadas, que devem ser questionadas e revistas para que a psicanálise possa se atualizar. Nessa seara, vimos que as críticas de Horney se voltam especialmente às questões relativas às teorizações sobre a feminilidade e a diferença sexual, mas não só. Por exemplo, comenta a crítica à psicanálise em relação à explicação de fenômenos de culturas que não as da Europa ocidental

pelas lentes das teorizações sobre a neurose, com as quais concorda, mas adverte que não se deve, por isso, abandonar a psicanálise:

As polêmicas que surgem por causa dessas incursões nos campos sociológicos e antropológicos procuram, às vezes, desacreditar a psicanálise, chamando a atenção para a temeridade de suas generalizações em assuntos culturais. Isso não tem razão de ser. Tais generalizações são meros reflexos de certos princípios discutíveis da psicanálise, e nada têm a ver com aquilo que a psicanálise realmente tem a oferecer. (p. 139)

Para Horney, a problematização de algumas premissas psicanalíticas não tem um objetivo meramente destrutivo, mas de criar possibilidades para um devir da psicanálise que permita a constante movimentação e reinvenção da teoria, afastando-se sempre do lugar dogmático que é incompatível com o campo. Ainda que defenda que a psicanálise tem muito a oferecer, não se esquivava de refletir sobre as críticas recebidas, ela própria criticando algumas das abordagens psicanalíticas em relação à cultura, por exemplo. Ao invés de uma incursão em outras áreas para impor uma ideia pré-concebida, Horney (1939/1966) defende que a psicanálise deve compor com outros saberes, reconhecendo suas limitações e possibilidades:

O sociólogo apenas pode dar informações a respeito da estrutura social de uma dada cultura, ao passo que o analista só pode informar a respeito da estrutura de uma neurose. A única maneira de vencer a dificuldade é trabalhar em cooperação (p. 141).

Com isso, Horney não afirmava que a psicanálise não poderia ter nada a dizer sobre uma estrutura social; ela própria, inclusive, o fez, como vimos nos capítulos anteriores. A partir da psicanálise, pôde contribuir para leituras da estrutura patriarcal que atravessava a constituição psíquica e também as construções teóricas sobre feminilidade e diferença sexual, na psicanálise e em outros campos. O alerta de Horney é para o cuidado na aproximação com outros campos, para que a psicanálise não pretenda uma inserção unilateral, que promova uma aplicação da teoria, ou uma superioridade em relação a outros saberes. Além disso, para ela, a psicanálise precisa se deixar interpelar pelas produções de outras áreas de forma crítica, mesmo que isso signifique repensar alguns pontos da teoria psicanalítica. Foi um movimento

que ela própria fez ao utilizar algumas proposições de Simmel, por exemplo, para repensar a forma com a qual a psicanálise estava abordando a feminilidade.

Nesse ponto, Horney não parecia estar se contrapondo especificamente a Freud, mas a um movimento de produção de generalizações sobre os assuntos que rondava a psicanálise como um todo. Abraham (1922/1999), que foi seu analista, por exemplo, entendia que os “movimentos de mulheres” (p. 58), como eram chamados, por vezes, os movimentos feministas à época, eram meramente derivados da inveja do pênis, do ressentimento não superado das mulheres com o “defeito” (p. 53) no seu corpo e das decorrentes reivindicações por masculinidade.

Embora existissem, e ainda existam, alguns discursos da psicanálise que recorrem a esse tipo de generalização normativa sobre o social, alguns autores sublinham o quanto a psicanálise desde o início esteve permeada e aberta a outros saberes (Ambra, 2018; Ayouch, 2019). Vemos que Horney foi uma das autoras a sustentar esse movimento abertamente, além de operar com essa noção em sua própria produção teórica, malgrado não seja tão lembrada quanto outros colegas em relação a isso. Assim, podemos pensar que suas formulações contribuem para a discussão sobre as aproximações entre psicanálise e estudos feministas, de gênero e *queer*. Enquanto alguns insistem que tais aproximações são impossíveis ou nocivas para a psicanálise, constatamos que a psicanálise esteve, desde o início, criando interlocuções com outros saberes e que psicanalistas como Horney defendiam, com ênfase e explicitamente, a necessidade desse exercício. Assim, afirmamos que suas colocações, embora muito anteriores no tempo, podem estar na mesma via dos questionamentos de Ambra (2018):

Assim, ao contrário do que a primazia absoluta do “campo psicanalítico” frente a outros saberes faria crer, Freud e Lacan rompem, repetidas vezes, com a insularidade da Psicanálise não apenas estabelecendo diálogos, mas refundando a própria Psicanálise a partir de problemas, conceitos e racionalidades importadas, seja do campo do social, seja de outros saberes. Seriam, assim, as discussões junto às teorias *Queer* e de gênero improbidades conceituais? Ou seriam, ao contrário, a forma por excelência de estar à altura das epistemologias da nossa época? (p. 89).

5.3 As especificidades culturais: o saber parte de algum lugar

Uma das grandes críticas de Horney a Freud em relação a sua abordagem da cultura, como apontado no capítulo anterior, refere-se à aplicação de conceitos psicanalíticos sobre a

constituição psíquica, derivados da experiência clínica, a fenômenos culturais complexos e, por vezes, totalmente diversos daqueles encontrados na cultura europeia do início do século XX. A fama de culturalista de Horney se deu, precisamente, pela importância dada pela autora às especificidades de uma determinada estrutura social na constituição psíquica dos sujeitos. Da mesma forma, e talvez justamente por isso, Horney (1935/1991; 1937/1977; 1939/1966) defendeu a impossibilidade de um saber universal que desse conta de todas as especificidades de todas as culturas humanas em suas diversidades. Por sua relevância, trago novamente aqui um trecho que serviu de epígrafe ao capítulo anterior:

Não mais é válido supor que uma nova descoberta psicológica revele uma tendência universal inerente à natureza humana. O efeito de tudo isso é confirmar o que alguns sociólogos têm asseverado reiteradamente: não há uma psicologia normal aplicável a toda a humanidade (Horney, 1937/1977, p. 10).

Essa afirmação aporta consigo a aposta em uma cientificidade que não dependa da universalização de um conceito para que seja válido, reconhecendo os limites e a parcialidade das produções teóricas, principalmente ao pensar subjetividade e cultura.

Podemos pensar que as próprias teorizações de Horney e sua forma de trabalhar as questões que surgiam na clínica fizeram com que, naturalmente, chegasse a essa conclusão. Ora, se cada cultura engendra uma determinada estrutura social, seus conflitos específicos e seu funcionamento próprio, como construir uma teoria com pretensões universais? Cabe lembrar, aqui, que a autora propôs essa reflexão em uma época em que a psicanálise começava a ser amplamente difundida em diversos lugares do mundo, em que o complexo de Édipo freudiano era quase como um baluarte da psicanálise, como se fosse um de seus conceitos fundamentais que aportava uma verdade universal sobre a humanidade. Foi nesse mesmo momento que Horney questionou, inclusive, a universalidade do próprio complexo de Édipo, comprando brigas institucionais que desembocaram na sua saída de instituições tradicionais e na subsequente fundação de um novo instituto de psicanálise, já nos Estados Unidos. O questionamento de preceitos psicanalíticos, em especial freudianos, levou muitos psicanalistas a uma ruptura com instituições tradicionais de psicanálise (Cromberg, 2014; Amorim, 2021), e Karen Horney foi uma das grandes questionadoras daquele período.

A discussão sobre a pretensão de universalidade de saberes ocidentais foi muito mais elaborada posteriormente, notadamente por autores e autoras ligados aos estudos decoloniais, que apontaram os atravessamentos da modernidade colonial na produção de conhecimento

acadêmico, marcando as relações raciais que fundam um privilégio epistêmico baseando-se na exclusão, apagamento ou objetificação de subjetividades colocadas no lugar de outro (Fanon, 1952/2008; Gonzalez, 1988). Horney de forma alguma chegou a pontuar o viés racista e colonial na pretensão de universalidade dos saberes ocidentais, o que atesta seu lugar de privilégio como intelectual branca europeia no início do século XX.

A ideia, aqui, não é sustentar uma noção de que “tudo estava em Horney” ou de que suas formulações são suficientes, ou mesmo condizentes, com as elaborações posteriores de outros autores e autoras. A proposta do presente capítulo é mostrar que, mesmo que de forma embrionária, algumas proposições de Horney oferecem subsídios para pensarmos que discussões tidas, principalmente no Brasil, como muito atuais e advindas de demandas da cultura de nosso tempo estiveram presentes desde muito cedo na psicanálise. Se a psicanálise não seguiu se ocupando delas não foi por uma impossibilidade epistemológica ou pelas limitações de seu tempo, apenas, mas por *escolhas* que refletem disputas de poder que atravessam qualquer produção de conhecimento.

Em resumo, podemos pensar que ao pontuar que determinadas reflexões teóricas produzidas à época levavam em conta apenas determinado contexto cultural e, portanto, não eram passíveis de generalização, Horney aponta uma pista metodológica no sentido da não universalização dos saberes. Ao invés de tentar defender uma validade universal dos conceitos psicanalíticos, buscava situar esses conceitos em seu entorno cultural, em seus agentes de produção do conhecimento e no material a partir do qual este era produzido. Com isso, não afirmava uma invalidade desses conceitos, mas suas limitações e especificidades, além da necessidade de repensá-los para não torná-los meras repetições e aplicações de categorias já conhecidas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscamos recuperar contribuições de Karen Horney sobre diferença sexual e feminilidade, conceitos importantes para os enlaces entre psicanálise, gênero e feminismos no contexto dos pioneiros e pioneiras da psicanálise. Tomando destruição e devir como operadores metodológicos, pudemos evidenciar os movimentos de crítica e proposição inerentes à produção de Horney, entendendo a crítica não apenas como apontamento de limites, mas como a destruição necessária para o devir e a transformação, no sentido do que coloca Spielrein (1912/2014).

Notamos que, para tecer suas próprias contribuições acerca da feminilidade, Horney primeiro se deteve na crítica ao referencial masculino na psicanálise. Foi a primeira autora nesse campo a pontuar enfaticamente que o fato de apenas homens escreverem sobre feminilidade trazia um viés importante, fazendo com que a noção de feminilidade se tornasse um depositário dos desejos, ressentimentos e narcisismos dos autores, sublinhando a implicação dos agentes da produção de conhecimento com os saberes produzidos. Por mais que tenha feito questionamentos revolucionários para a psicanálise, contudo, Horney também se sustentou em noções essencialistas e normativas para algumas proposições, principalmente aquelas datadas do início da década de 1920. É o caso, por exemplo, de sua afirmação de que a feminilidade específica partiria de um desejo pelo pai enquanto genitor do sexo oposto, o que aporta consigo atravessamentos cisheteronormativos.

Com sua ida para os Estados Unidos, o encontro com outra cultura e outros campos de conhecimento, Horney passou a dar cada vez mais espaço, em suas escritas, para o lugar da cultura na constituição psíquica, especialmente no que tange à diferença sexual e à feminilidade. Ela própria aponta o quanto a experiência de viver em uma cultura diversa da qual foi criada ampliou seu olhar para a importância da cultura e do social, o que a levou a tecer duras críticas contra presunções universalizantes na construção de conhecimento. Convém lembrar, além disso, que Horney fez parte de um instituto multidisciplinar de estudos em humanidades e ciências sociais, o *New School For Social Research*, o que também pode ter tido influência nos rumos que sua produção tomou ao longo do tempo. Passou a apontar, com gradual ênfase, as formas pelas quais a cultura patriarcal engendra uma determinada feminilidade baseada na inferiorização de mulheres, na restrição de sua vida criativa e produtiva no laço social e na introjeção de um masoquismo fundamentado na dependência emocional e financeira, entre outros aspectos.

Não por isso deixou de ser psicanalista, tendo atuação clínica durante toda sua vida profissional, seja em clínicas, como a clínica pública de Berlim, da qual foi a única mulher

dentre os primeiros membros, seja em sua prática particular. Franz Alexander, responsável por convidá-la aos Estados Unidos, a caracterizava como questionadora, crítica e inovadora, e ao mesmo tempo como uma psicanalista de formação eminentemente clínica e bastante freudiana (Natterson, 1966). Karen Horney não criticava a psicanálise no sentido de abandoná-la ou apenas de apontar suas falhas; pelo contrário, tinha o intuito de construir um novo devir psicanalítico que pudesse abrir mão de premissas atravessadas pelo que chamou de preconceitos sociais. Nesse sentido, a discussão trazida pela autora é mais atual do que nunca, sendo essa uma das grandes questões da psicanálise no Brasil hoje. Como construir uma psicanálise brasileira, antirracista, feminista, não normativa?

O último capítulo deste trabalho visa, justamente, a contribuir com algumas pistas metodológicas que nos auxiliem nessas questões, a partir da obra de Horney. A autora aponta alguns caminhos para uma produção de conhecimento mais situada na psicanálise, como não pretendermos a universalização ou generalização das teorizações psicanalíticas sem levarmos em conta as especificidades culturais de cada contexto; entendermos a cultura não como secundária, mas como central para a constituição do sujeito; reconhecermos que o lugar de agente de produção de conhecimento não é ocupado por um sujeito universal abstrato, mas marcado por atravessamentos sociais. Horney afirmava que não poderíamos tomar algumas produções baseadas no homem de classe média ocidental como fundamentos para pensar a humanidade como um todo. Pensamos que essas contribuições de Horney dialogam diretamente com a psicanálise da atualidade, sem que com isso tenhamos a pretensão de uma aplicação de sua teoria para os dias atuais, simplesmente. O que propomos é uma possibilidade de reconhecer que algumas das discussões contemporâneas já estavam presentes nos primórdios da psicanálise, mesmo que de forma embrionária. Assim, a ideia de uma psicanálise hegemônica, muitas vezes difundida nos espaços de formação, não se sustenta. Nós apenas não conhecemos diversas histórias que devem ser contadas para que possamos ressignificar a psicanálise em sua história, teoria e clínica.

O intuito dessa retomada não consiste em sugerir que as contribuições de Horney devem ser relevadas em detrimento de outras, pelo contrário: sublinhamos que sua obra é datada, reproduz essencialismos e normatividades, não se atenta às questões raciais, enfim, possui limitações para os dias atuais, como qualquer obra de cem anos atrás. Entretanto, seus apontamentos em relação ao atravessamento de preconceitos de uma cultura patriarcal na teoria psicanalítica e de ideologias masculinas que provocam ruídos para a escuta e a teorização são ferramentas para discussões atuais no campo dos enlaces entre psicanálise, feminismos e estudos de gênero. Tanto em termos históricos quanto em termos de relevância

teórica, a obra da autora se faz relevante para o campo psicanalítico em suas intersecções com feminismos e estudos de gênero. A ampliação das perspectivas de leitura que possibilita a aposta na hibridez com outras áreas de conhecimento e no avanço da psicanálise em detrimento da fixidez em determinadas doutrinas atualizam-se como contribuições que, mesmo datadas em quase um século, permanecem vivas e atuais.

Cabe ressaltar, ainda, que as leituras aqui propostas sobre a obra de Horney consistem em um trajeto singular de encontro com essa autora, atravessado pela transferência com os textos, conceitos, com a psicanálise, não se propondo assim como uma leitura definitiva ou que apenas traduza as ideias da autora. Certamente, as leituras aqui propostas trazem matizes particulares para uma escrita possível sobre a obra de Horney, a partir do terreno do qual parto, que busquei evidenciar no preâmbulo e na introdução deste trabalho.

Tendo em vista o lugar de importância da autora, mesmo com as ressalvas já apontadas sobre as limitações de sua obra, causa estranhamento o silenciamento sobre Horney no Brasil. Sendo uma pioneira em diversos aspectos da psicanálise que estão em relevo hoje, é curioso que não se conheça muito sobre ela no país, o que não significa que sua obra não seja de interesse. No percurso do mestrado, nos dois cursos de extensão que tivemos a oportunidade de ministrar, chamava a atenção o desconhecimento das participantes sobre a autora e o quanto pareciam chocadas ao se deparar com uma psicanalista questionando a centralidade do falo, o lugar da cultura, ou a impossibilidade de uma categoria universal de mulher já no início do século XX. Notamos um interesse pronunciado tanto no rápido esgotamento das vagas oferecidas para o curso, quanto no decorrer dos encontros. Tendo em vista o apagamento dessa contribuição intelectual, buscamos salientar nesta escrita trechos dos textos da autora que expressam suas principais colocações pioneiras para a psicanálise, trazendo não apenas nossa leitura, mas expondo algumas colocações diretamente vindas de Horney. Embora não se intitulasse “feminista”, Horney abriu caminhos para pensarmos sobre algo que ainda hoje segue sendo uma pergunta: é possível uma psicanálise feminista?

Antes dessa pergunta, talvez exista uma questão anterior: o que estamos querendo dizer quando trazemos esse adjetivo à psicanálise? Existem diversas noções de feminismos, por esse motivo, ao longo do texto, sempre escrevemos essa palavra no plural. Os movimentos e estudos feministas negros têm colocado em xeque, há tempos, as limitações da categoria de mulher enraizada no feminismo branco de tradição europeia, que se torna excludente com diversas outras mulheridades. Da mesma forma, como já pontuado na introdução, têm salientado que os feminismos marxistas, que colocam a classe como central, deixam de promover um pensamento interseccional. Algumas vertentes pós estruturalistas,

trazidas ao texto através de Haraway (1991), levantam a problematização da própria categoria de mulher e gênero, apontando o quanto estão ancoradas em oposições binárias da modernidade colonial como natureza *versus* cultura, masculinidade *versus* feminilidade, humano *versus* máquina, entre outras. Ou seja, o campo dos feminismos carrega consigo uma complexidade que não comporta um fechamento sobre seu significado, assim como a psicanálise.

Mesmo o feminismo atribuído a Horney não pode ser resumido de forma simples. Como autora branca e europeia do início do século XX, Horney muitas vezes esteve na esteira de suas contemporâneas, apontando para a inferiorização das mulheres em sua cultura, denunciando os atravessamentos patriarcais na psicanálise, no conceito de feminilidade ancorado na inveja do pênis, na introjeção de ideais de submissão, dependência e inferioridade em meninas desde cedo. Em alguns momentos de sua obra, seu movimento foi no sentido de tentar afirmar uma feminilidade específica, que não estivesse ancorada nesse referencial masculino atravessado por uma hierarquia que determinava a mulher, e tudo que poderia ser relacionado a ela, como inferior, primitivo, ligado à loucura, à irracionalidade. Nessa via, podemos pensar que suas problematizações estavam em sintonia com aquelas levantadas por movimentos feministas comumente entendidos como de primeira e segunda onda, embora temporalmente Horney estivesse mais situada apenas na primeira.

Entretanto, algumas de suas escritas mais tardias aportam elementos que não estão em desalinho com pensamentos do que pode ser compreendida como a terceira onda do feminismo, marcada por noções pós-estruturalistas que pensam as diversas mulheridades ao invés de afirmar uma categoria de mulher universal. Essa complexidade dos feminismos em Karen Horney talvez deem mostras de que a autora se encontrava em lugares paradoxais: entre psicanálise, sociologia e outros campos, entre Europa e Estados Unidos, entre o século XIX e o XX. Tais encruzilhadas específicas que atravessaram sua obra podem ter influência nas idas e vindas de seus textos, que sem dúvida avançam no sentido do chamado culturalismo. Podem também apontar que a divisão do feminismo em ondas tem cunho mais didático que prático, como já percebemos também com o pioneirismo de Truth, em 1851.

Ao apresentarmos a complexificação do campo de possibilidades de uma psicanálise feminista, nos direcionamos no caminho de levantar mais perguntas do que trazer respostas. Talvez existam diferentes psicanálises e diferentes feminismos, que podem gerar encontros singulares nas tessituras de um corpo teórico-clínico menos normativo. Mas vemos, em alguns momentos, na própria obra de Horney, que mesmo pontuações que podem ser entendidas como feministas têm o potencial de produzir novas normatividades. Portanto, ao

chamarmos suas contribuições de feministas, não queremos dizer que são isentas de reproduzir essencialismos, mas que foram revolucionárias à época, propondo novos olhares sobre a psicanálise e seus atravessamentos e entornos.

O que podemos apreender na esteira desses questionamentos, a partir do trabalho produzido nesta dissertação, é que Horney teve a coragem de provocar abalos na psicanálise com o intuito de que ela pudesse avançar, traçar novos rumos. Com isso, rompeu alguns laços institucionais e teve sua história, muitas vezes, contada de maneira simplista, ou apenas não contada. Como postula Amorim (2021), a autora pode ser pensada como um desmentido na história da psicanálise. Hoje, retomando sua história por outro viés, afirmamos que as destruições e rompimentos que propôs estavam a serviço de um devir psicanalítico que pudesse seguir em transformação, a par de seu tempo.

REFERÊNCIAS

- Abraham, K. (1999). Manifestations of the female castration complex. In: Grigg, R., Hecq, D., & Smith, C. (Eds.) *Female sexuality: the early psychoanalytic controversies*. London: Karnac Books. (Originalmente publicado em 1922)
- Adichie, C.N. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alexander, F., Eisenstein, S., & Grotjahn, M. (Orgs.) (1966). *Psychoanalytic pioneers: a History of Psychoanalysis as seen through the lives and works of its most eminent teachers, thinkers and clinicians*. New York, London: Basic Books.
- Ambra, P.E.S. & Silva Jr, N. (Orgs.). (2014). *Histeria e gênero: sexo como desencontro*. São Paulo: nVersos.
- Ambra, P. (2018). Gênero e epistemologia psicanalítica. In: Françaia, Porchat & Corsetto (orgs.). *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Curitiba: Caligraphie Editora.
- Amorim, P.M. & Belo, F.R.R. (2020). A monogamia em Karen Horney: considerações acerca das construções psicanalíticas sobre feminilidade. *Psicologia em Revista*, 26(1), 246-268.
- Amorim, P.M. (2021). *Karen Horney, o feminismo e a feminilidade: um desmentido na história da psicanálise*. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Assuar, G., Nunes, L.V., & Silva Jr., J.P. (Orgs.) (2019). *Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção*. São Paulo: Zagodoni Editora.
- Austen, J. (2014). *Persuasão*. São Paulo: Martin Claret. (Originalmente publicado em 1818)
- Ayouch, T. (2015). Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, 54(28), 23-32.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade, subjetivações*. Curitiba: Caligraphie Editora.
- Beividas, W. (1999). O excesso de transferência na pesquisa em psicanálise. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 661-679.
- Bento, M.A.S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bicudo, V. (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política. (Originalmente publicado em 1945)
- Brasil, M.V. & Costa, A.B. (2018). Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? *Psicologia Clínica*, 30(3), 427-446. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A02>
- Caon, J.L. (1997). Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(1), 105-123. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100008>

- Cavalheiro, R. (2019). *Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cavalheiro, R., & Silva, M. R. (2020). Psicanálise e Dissidências de Gênero: Questões para Além da Diferença Sexual. *Revista Subjetividades*, 20(3), e9793. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e9793>
- Cromberg, R. (2014). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise. Obras completas, volume 1*. São Paulo: Livros da Matriz.
- Didi-Huberman, G. (2015). A invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Diniz, M. (2010). O método clínico e sua utilização na pesquisa. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 120, 2011. Edição especial de 10 anos.
- Eckardt, M.H. (2005). Karen Horney: a portrait. *The American Journal of Psychoanalysis*, 65(2), 95-101.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. (Originalmente publicado em 1952)
- Foucault, M. (2018). *História da sexualidade - vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. (Originalmente publicado em 1976)
- Freud, S. (1974). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas v.14*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1915)
- Freud, S. (1976) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas v. 12*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1912)
- Freud, S. (1977). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas, v. 9*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)
- Freud, S. (1977). Além do princípio do prazer. In: Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas, v. 18*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1920)
- Freud, S. (1977). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas v. 19*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925).
- Freud, S. (1988). Construções em Análise. In: Freud, S. *Obras Completas de Sigmund Freud, v. 23*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1937)
- Freud, S. (1996). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 19*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923)

- Freud, S. (1996). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 9*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1908)
- Freud, S. (2006). Feminilidade. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. 22*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933)
- Freud, S. (2010). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM Editores. (Originalmente publicado em 1930)
- Freud, S. (2013). *Totem e tabu*. Porto Alegre: L&PM Editores. (Originalmente publicado em 1913)
- Freud, S. (2016). Estudos sobre a histeria. In: Freud, S. *Sigmund Freud Obras Completas Volume 2*. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1895)
- Garrison, D. (1981). Karen Horney and Feminism. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 6(4), 672-691.
- Gilman, S. (2001). Images in Psychiatry: Karen Horney, M.D., 1885-1962. *The American Journal of Psychiatry*, 158(8), 1205.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Gonzalez, L. (1988). Por um feminismo afrolatinoamericano. In: Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras*. Rio de Janeiro: Diáspora Africana.
- Haraway, D. (1991). Manifesto ciborgue. In: Haraway, D., Zunzru, H., & Tadeu, T. (Orgs.). (2000). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Horney, K. (1966). *Novos rumos na psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Originalmente publicado em 1939)
- Horney, K. (1977). *A personalidade neurótica do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. (Originalmente publicado em 1937)
- Horney, K. (1980). *The adolescent diaries of Karen Horney*. New York: Basic Books.
- Horney, K. (1982). *Nossos conflitos interiores*. São Paulo: Difusão Editorial. (Originalmente publicado em 1945)
- Horney, K. (1991). A gênese do complexo de castração nas mulheres. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1923)
- Horney, K. (1991). A fuga da feminilidade. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1926)
- Horney, K. (1991). O ideal monogâmico. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1928)

- Horney, K. (1991). A desconfiança entre os sexos. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1931)
- Horney, K. (1991). O medo da mulher. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1932)
- Horney, K. (1991). A negação da vagina. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1933)
- Horney, K. (1991). A supervalorização do amor. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1934)
- Horney, K. (1991). O masoquismo feminino. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1935)
- Horney, K. (1992). Últimas conferências sobre técnicas psicanalíticas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1952)
- Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]. (2019). *Atlas da violência 2019*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Iribarry, I.N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica?. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115-138.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lacan, J. (1978). A significação do falo. In: Lacan, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Editora Perspectiva. [1958]
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Maio, M.C. (2010). Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, 35, 309-355.
- Mariotto, R.M.M. (Org.). (2018). *Gênero e sexualidade na infância e adolescência: reflexões psicanalíticas*. Salvador: Ágalma.
- Martins, A.A. & Silveira, L. (Orgs.) (2020). *Freud e o patriarcado*. São Paulo: Hedra.
- Martins, P.G. (2021). A norma do falo e a abjeção da mulher na psicanálise. *Revista Subjetividades*, 21(1), 1-12.
- Natterson, J.M. (1966). Karen Horney: the cultural emphasis. In: Alexander, F., Eisenstein, S. & Grotjahn, M. (Eds.). (1966). *Psychoanalytic pioneers: a History of Psychoanalysis as seen through the lives and works of its most eminent teachers, thinkers and clinicians*. New York, London: Basic Books.
- Porchat, P. (2014). A transexualidade hoje: questões para pensar o corpo e o gênero na psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 115-124.
- Preciado, P.B. (2014). *Manifesto contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições.

- Preciado, P.B. (2019). Um apartamento em Urano (Conferência). *Lacuna: uma revista de psicanálise*, 8, 12.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Editora Letramento.
- Rosa, C.T. & Weinmann, A.O. (2020). A sexualidade feminina em escritos das pioneiras da psicanálise. *Subjetividades*, 20(3), 1-13.
- Rubin, Gayle. (1993). *Tráfico de mulheres*. Recife: SOS Corpo. (Originalmente publicado em 1975)
- Santos, B. (2018). Normatividade, gênero e teoria psicanalítica: uma reflexão sobre a criação de palavras novas. *Ágora*, 21(1), 23-33.
- Sayers, J. (1992). *Mães da psicanálise: Helene Deutsch, Karen Horney, Anna Freud e Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Segato, R. (2006). *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. Série Antropologia n. 400. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- Silva, M.V.N., & Santo, E.S.E. (2015). A história das primeiras mulheres psicanalistas do início do século XX. *História, histórias*, 3(6), 135-156.
- Spielrein, S. (2014). A destruição como origem do devir. In: Cromberg, Renata. *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise. Obras completas, volume 1*. São Paulo: Livros da Matriz. (Originalmente publicado em 1912)
- Stona, J. (2019). *Uma escuta desmontada: paradoxos entre psicanálise e gênero a partir da escuta de experiências transidentitárias*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Stona, J. & Ferrari, A.G. (2020). Transfobias psicanalíticas. *Revista Subjetividades*, 20(1), e9778. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e9778>
- Van Haute, P., & Geyskens, T. (2016). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Winnicott, D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D.W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed.
- Woolf, V. (2019). *Um quarto só seu*. Porto Alegre: L&PM Editores. (Originalmente publicado em 1929)